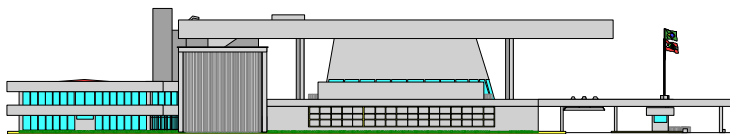


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 18 DE MAIO DE 2009

NÚMERO 6.036

**16^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa
MESA**

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2036
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 040ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 14/05/2009.....2
Ata da 016ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 14/05/200910

Atos da Mesa

Ata da Presidência DL.....15

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes15
Aviso de Licitação16
Aviso de Resultado16
Portarias16
Redações Finais17

P L E N Á R I O

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozo - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Expressa satisfação pelo recebimento do título de Cidadão Otaciliense; cita as reivindicações encaminhadas pela comissão de Agricultura ao governo federal.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Rogério Mendonça pelo título de Cidadão Otaciliense.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Comenta o voto em lista fechada e reforça o apoio aos agricultores.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Cumprimenta o governo do estado pela realização do WTTC;

parabeniza o governo pelas ações no âmbito da SDR de Brusque.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Crítica o elevado número de SDRs.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Romeu Rodrigo da Costa Silva, presidente da Câmara Municipal de Lages.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda a estiagem que abate o oeste e castiga 126 municípios catarinenses que já decretaram situação de emergência.

Partidos Políticos

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Lembra que a chegada do inverno pode trazer mais dificuldades para o oeste já castigado pela estiagem e sugere a criação da bolsa estiagem.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Apóia as idéias do deputado Padre Pedro Baldissera em relação às necessidades dos pequenos agricultores.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Anuncia a presença de Antônio Ulsenheimer, prefeito de Saudades.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se acerca da possível aprovação pelo Congresso Nacional do voto em lista.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Afirma que voto em lista é golpe.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Analisa o desempenho da Eletrosul e sua importância como empresa pública.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Expressa satisfação pelo fato de o deputado Nilson Gonçalves reconhecer que as SDRs precisam de ajuste.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Manifesta sua contrariedade com a possibilidade de ameaça de greve do transporte urbano durante a realização do WTTC; comenta o aniversário de Biguaçu e as potencialidades do município.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Enaltece o projeto das SDRs, a base da descentralização; luta por recursos para os agricultores que sofrem com a estiagem.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Afirma que a descentralização representa economia de custos para o estado.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Comemora a inauguração do Capit do Sest Senat, em Chapecó; fala da necessidade de a Petrobras rever e adequar o preço do óleo diesel; comenta sua participação no Fórum Exame e mostra confiança nos resultados positivos do WTTC.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Convida para o 7º Seminário Estadual de Formação dos Conselheiros Tutelares.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita a suspensão da sessão para apresentação da Festa da Gastronomia Italiana, em Nova Veneza.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha o voto contrário à aprovação da redação final do PL 0045/2009.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à aprovação da redação final do PL 0045/2009.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discute o PL 0184/2008, de sua autoria, que institui o Dia Estadual do Vinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia e que também nos ouve pela Rádio AleSC Digital, inicialmente, quero fazer referência à sessão solene no município de Otacílio Costa, da qual participei na última sexta-feira.

Eu tive o privilégio, naquela sessão solene, no município de Otacílio Costa, deputado Moacir Sopelsa, de receber o título de Cidadão Otaciliense. Lá, naquele momento, eu, inclusive, citei uma frase de Aristóteles, que diz que a grandeza não está em receber uma honra, está em merecê-la. Eu irei fazer de tudo, deputado Elizeu Mattos, para merecer a honraria que recebi do município de Otacílio Costa.

Lá, naquele momento, também citei uma frase de Saint-Exupéry, autor do livro *O Pequeno Príncipe*, que diz: "Tu serás eternamente responsável por aquilo que cativas, por aquilo que conquistas". De alguma forma eu conquistei o coração dos otacilienses. Portanto, mesmo que talvez eu ainda não tenha feito tudo para merecer, porque é uma honraria muito grande, de uma dimensão muito grande, fiquei extremamente orgulhoso, honrado e emocionado no momento de receber aquela honraria. Mas, sem dúvida, a partir de agora, que sou um irmão de sangue do deputado Elizeu Mattos e de tantos serranos, farei de tudo para honrar a comenda.

Inclusive, deputado Elizeu Mattos, falei, no momento de receber a honraria, que durante as minhas campanhas políticas sempre fora muito bem votado em Otacílio Costa, a Lages, a todos aqueles municípios da região e poderei dizer, com muito orgulho que eu também sou serrano. Aliás, eu vou até usar no meu carro também o adesivo: "Serrano vota em serrano". Agora serei um dos que vão bancar a campanha e pedir para votar num serrano, porque realmente sou um irmão de sangue serrano.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Permito um aparte, com muito

orgulho, ao deputado Elizeu Mattos, meu irmão otaciliense, meu irmão de sangue da serra e de toda aquela região.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Quero cumprimentá-lo, deputado Peninha, e parabenizá-lo por ter recebido a honraria de ser agora também Cidadão Otaciliense, honraria essa que já recebi em Otacílio Costa.

Gostaria de ter estado, na sexta-feira passada, em Otacílio Costa, mas eu tinha um encontro do Mercosul aqui na capital e não pude estar lá para cumprimentá-lo pessoalmente. E com certeza, com esse título de Cidadão Otaciliense, v.exa. já ganhou um pouco da permissão para pedir voto a deputado federal na serra catarinense.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado, deputado Elizeu Mattos. É verdade! Inclusive, naquele momento já anunciei a minha disposição de concorrer a deputado federal, caso não aprovem o voto em lista fechada. Inclusive, deputado Renato Hinnig, as informações que temos são de que essa matéria está caminhando e vai para plenário. Se vai passar ou não, não sei. Pessoalmente sou favorável ao voto de lista. Acredito que esse personalismo exagerado que existe, hoje, nas pessoas e não nos partidos precisa ser mudado. O Brasil precisa de uma mudança eleitoral, de uma reforma política e, mais do que tudo, que os políticos que nos representam no Congresso Nacional tenham coragem de fazê-la. Que as propostas sejam debatidas, discutidas, e que realmente a reforma aconteça, porque não dá para continuar como está, sem fidelidade partidária, sem haver fiscalização, sem os partidos serem valorizados. Hoje é cada um por si e Deus por todos. Não existe uma linha programática, deputado Serafim Venzon, entre os diferentes partidos. Isso precisa acontecer no Brasil, sem dúvida, sob o risco de cada vez mais a classe política receber o descrédito da população.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Em seguida concederei um aparte a v.exa.

Quando se fala em reforma política, logo chama a nossa atenção porque tem tudo a ver conosco, com a nossa próxima eleição, com a nossa atividade, que é o que vivemos e sentimos.

Após ouvir em aparte o deputado Serafim Venzon, vou falar de uma audiência pública que a comissão de Agricultura realizou no município de Cunha Porã, presidida pelo deputado Reno Caramori, com a presença de mais de mil pessoas.

Deputado Serafim Venzon, 113 municípios de Santa Catarina já decretaram situação de emergência por causa da estiagem prolongada que atinge o nosso estado. É verdade - e hoje de manhã eu ouvi notícias a respeito - que Dionísio Cerqueira, São Miguel d'Oeste, aquela região do extremo oeste está com muita chuva. Choveu ontem o que na média chove durante um mês. Então, essa chuva já está minimizando os prejuízos.

Mas, na tentativa de minimizar os prejuízos dos agricultores, a comissão de Agricultura da Assembleia pediu uma série de medidas esta semana, através de moções encaminhadas ao presidente Lula, que, aliás, estará em Santa Catarina, em Florianópolis, hoje, e aos ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

E na sequência, após ouvir o aparte, com muito orgulho e com muita honra, do deputado Serafim Venzon, eu vou citar quais foram as reivindicações encaminhadas pela comissão de Agricultura.

Ouçõ v.exa., deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Peninha, parabéns pelo tema.

Quero apenas reforçar o apoio que está manifestando aos agricultores. E apesar de hoje, durante as últimas horas, estar caindo bastante chuva em todo estado de Santa Catarina, aqueles agricultores já perderam a safra de milho e de feijão e o gado já morreu, além de terem perdido o tempo do plantio, o *time* da plantação. Quer dizer, agora vai demorar três ou quatro meses para as coisas começarem a ser repostas. Portanto, isso significa que, mesmo vindo a chuva, esses agricultores precisam de um apoio especial.

Com relação à reforma política, sr. deputado, quero dizer que também tenho preocupação. Atualmente existe uma relação muito grande entre o voto e a condição financeira do candidato, há uma porção de fatores que não são só políticos. Por outro lado, pensamos: quem vai decidir a lista? Aí vem a preocupação: será que a briga não vai ser maior na hora de decidir quem vai estar na lista?

Por isso, sou cauteloso com relação a isso, mas ainda duvido um pouco que o voto em lista possa ser mais democrático do que o atual sistema.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado pelo aparte, deputado Serafim Venzon, que vai enriquecer, sem dúvida, este meu pronunciamento.

Mas essa sua dúvida eu respondo dizendo que é a convenção do partido, e vai acabar, em grande parte, o paternalismo.

Mas vou citar as solicitações da comissão de Agricultura, antes que encerre o meu tempo. As solicitações foram as seguintes:

(Passa a ler.)

"1. Renegociação do pagamento das parcelas vencidas ou que estão para vencer referentes à safra 2009/2010 do Crédito Fundiário/Programas Estaduais: Terra Boa;

2. Renegociação das dívidas contraídas pela agricultura familiar;

3. Liberação imediata de recursos para indenização referentes à safra 2008/2009 com cobertura do Proagro e Proagro Mais (para que não atrasem);

4. Revisão do Proagro, adequando-o à realidade da agricultura familiar catarinense;

5. Renegociação dos empréstimos pessoais contraídos junto ao Banco do Brasil e cooperativas de crédito para quitar o custeio e investimentos da safra passada;

6. Securitização, com 20 anos de prazo, e bônus de 50% para o pagamento em dia das dívidas de custeio e investimento já prorrogadas na safra passada;

7. Pagamento de bônus no valor de R\$ 15 mil para os agricultores que tiveram prejuízo total na safra 2009/2010 por causa da seca."

Então, são essas as nossas reivindicações. O governo do estado já tomou algumas medidas que têm minimizado, volto a dizer, os prejuízos dos agricultores, até porque eles já tiveram prejuízos. E se não subsidiarmos parte das atividades desses pequenos agricultores, vamos colocar em risco o modelo catarinense, iremos prejudicar a grande geração de empregos, não só da atividade agrícola, mas de tudo aquilo que dela depende, e vamos também inchar as nossas grandes cidades.

Eram essas as minhas colocações!

Muito obrigado, srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, líder do PSDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da Rádio Alesco Digital e da TVAL, quero saudar, de forma especial, todos os visitantes que vêm de todas as partes participar do maior evento turístico do mundo, o WTTC, que acontece aqui em Florianópolis.

Tenho certeza de que, com esse evento em Santa Catarina, teremos a oportunidade de divulgar as belezas naturais que o estado tem e de divulgar os projetos sociais e de infraestrutura que temos para melhorá-lo. E o estado já é bom, mas ficando melhor ainda para nós, que moramos aqui, certamente também será bom para os visitantes, para os turistas.

Florianópolis, assim como várias cidades do litoral catarinense, que é o segundo destino mais procurado pelos turistas da América do Sul, certamente com esse evento melhorará ainda mais o bom conceito que já tem.

Por isso, quero cumprimentar todos os que estão chegando para participar do WTTC, bem como o governo do estado, que o organizou, juntamente com os seus secretários, a começar pelo secretário de Articulação Internacional, pelo secretário de Articulação Nacional e pelo secretário de Turismo. Enfim, foi um trabalho conjunto de várias secretarias, orquestradas pelo governador Luiz Henrique da Silveira, pelo vice-governador Leonel Pavan, pela equipe de governo, que fizeram com que acontecesse esse evento extraordinário, porque ele é, sim, uma grande oportunidade para o estado.

Santa Catarina vem investindo maciçamente em educação, em saneamento, em melhoria do sistema de comunicação, implantando celulares em todas as cidades. E todo esse conjunto de ações que faz o estado ficar melhor certamente vai agradar ainda mais o turista e melhorar os investimentos turísticos que teremos no estado.

Em segundo lugar, sr. presidente, gostaria de lembrar aqui que há seis anos, aproximadamente, foram criadas as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional e que através delas o governo descentralizou os seus atos administrativos.

A SDR de Brusque, como todas as outras, foi criada com a intenção de levar o desenvolvimento para as oito cidades que dela fazem parte: Brusque, Botuverá, Guabiruba, Nova Trento, Major Gercino, Canelinha, São João Batista e Tijucas.

Com essa ação descentralizadora, com o governo estando mais presente, levando um pouco dos investimentos - e nós também gostaríamos que fossem mais - a todos os municípios, estamos fazendo com que eles se desenvolvam por inteiro. E assim vamos deixá-los melhor e fazer com que as pessoas nascidas na região permaneçam nas suas cidades fazendo aquilo que sempre fizeram.

São João Batista, a Capital Nacional do Calçado, certamente recebeu, está recebendo e vai receber mais investimentos, tornando-se um município mais humano. Lá o estado investiu na reforma e ampliação do maior colégio batistense; na melhoria da rodovia que corta São João Batista; na melhoria do trevo; na estrada que liga São João Batista a Major Gercino; na construção de um grande posto de saúde no centro da cidade e na melhoria de outros; em segurança, transferindo para lá carros da Polícia; enfim, numa porção de ações, bem como em Nova Trento, em Major Gercino, em Canelinha e em Tijucas.

Ouvia, hoje, na Rádio Vale, de Tijucas, que nunca na história do município se investiu tanto em várias ações como agora.

Então, mesmo que os investimentos ainda sejam insuficientes, nunca os municípios receberam tanto quanto nesses seis anos em que temos a descentralização, pois com ela mais oportunidade os prefeitos, os vereadores têm de levar as suas reivindicações, de fazer chegar os seus pedidos ao governo do estado.

Antes eles vinham diretamente para as audiências com o governador. Mas, eu imagino que, com 293 municípios, deputado Nilson Gonçalves, certamente demorava dois, três, quatro meses para um prefeito conseguir um pequeno, um curto espaço dentro da agenda do governador. Agora, todas as semanas, em qualquer dia, eles podem levar seus pedidos às secretarias de Desenvolvimento Regional. Por um sistema eletrônico esse pedido é encaminhado instantaneamente para cada uma das secretarias centrais e, naturalmente, orquestrado pelo governo do estado, são feitos os atendimentos de uma forma mais rápida.

Por isso, nesses seis anos, a SDR de Brusque recebeu mais de R\$ 140 milhões em forma de investimentos pulverizados por todos os municípios.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não, nobre colega!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Serafim Venzon, meu caro líder, ouvi atentamente o seu pronunciamento e sou obrigado a concordar com a maioria dos aspectos de sua explanação. Entretanto, há algumas coisas com as quais sinceramente não concordo. Entre elas, o número de secretarias de Desenvolvimento Regional. Acho que até o governador já deve saber disso.

Hoje, terei uma reunião do conselho regional, em Joinville, e vamos tratar de inúmeros assuntos relacionados à nossa região, aprovação de verbas e outras coisas. É verdade que a descentralização facilitou o trabalho e é muito bom quando a secretaria funciona, quando ela atende os objetivos pelos quais foi criada.

Mas é um absurdo que, em Santa Catarina - e mesmo fazendo parte da base do governo, não podemos tapar o sol com a peneira -, determinadas SDRs estejam lá apenas por estar, com pessoas que mal sabem o que estão fazendo. Nós sabemos, inclusive, de pessoas que preenchem atas para justificar uma reunião que não aconteceu. Isso precisa ser corrigido de forma urgente. Isso não se justifica num governo que quer ser moderno, num governo que quer inovar. A inovação foi muito bonita e muito interessante na questão da descentralização, que, inclusive, está sendo copiada em outros estados.

O que não podemos aceitar é que essa descentralização seja irresponsável, como está acontecendo. Precisamos acabar, no mínimo, com umas 13 SDRs para, daí sim, fazer jus a esse avanço que estamos tendo em termos de administração.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Existe um projeto do governo, deputado Nilson Gonçalves, que cria 20 ou 21 grandes macrorregiões em Santa Catarina. Quem sabe a sua sugestão possa ser aproveitada. O governo encaminhou o projeto para esta Assembleia e nós vamos votar certamente com o parecer de v.exa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Inscrito para falar o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu queria registrar a presença do vereador Romeu Rodrigo da Costa Silva, presidente da Câmara Municipal de Lages, que hoje nos visita. Ele e sua equipe acompanham um pouco os trabalhos deste Poder.

Desejamos ao vereador Romeu Rodrigo da Costa Silva e a sua equipe boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência deseja ao presidente da Câmara Municipal de Lages e a sua equipe boas-vindas.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, estamos contentes que a nossa região oeste, atingida fortemente pela estiagem, começa a retomar um aspecto de mais vida a partir das chuvas que iniciaram na terça-feira e que continuam até hoje.

Lembro que 126 municípios da região decretaram situação de emergência, número esse que vinha aumentando drasticamente nos últimos 13 dias. Ainda bem que a chuva começa a trazer esperança à população de todos os municípios atingidos pela estiagem, que afetou o setor rural e afetou também o setor urbano, pois existe uma forte ligação entre os dois espaços.

Nessa mesma direção, ontem e hoje, vários agricultores dos municípios atingidos estão mobilizados e têm uma grande pauta de reivindicação que está sendo discutida, neste momento, com o secretário da Agricultura, deputado Antônio Ceron, juntamente com outros setores do governo.

Sabemos também que a pauta vem sendo discutida por outros segmentos que vivem da atividade agrícola. Na semana que vem, nos dias 19 e 20, outros segmentos ligados ao setor rural estarão mobilizados com uma pauta também forte de reivindicações para o atendimento das famílias que vivem da nossa agricultura.

Sabemos que o melhor investimento que o setor público pode fazer, além do investimento na saúde e na educação, é no setor da agricultura, que é fundamental. Aliás, é o melhor recurso empregado, porque com poucos investimentos fazem-se grandes programas, grandes políticas de inclusão social. Assim, além de dar uma qualidade de vida melhor para as famílias do campo, estaremos evitando que engrossem os cinturões de pobreza das cidades, dos grandes centros, e, quem sabe, até evitando que essas pessoas, diante das dificuldades no setor urbano, envolvam-se em outros setores que não são nada agradáveis para o ser humano, para as famílias, para a sociedade, muito menos para o setor público, que vai ser desafiado a intervir nessas situações com políticas, com programas públicos de atendimento àquela população. Em quantos setores - saúde, saneamento básico, educação, moradia - o poder público vai ser desafiado a implantar políticas para atender essas pessoas que serão excluídas do trabalho da agricultura?

Sr. presidente, dentro da pauta de reivindicação, gostaria de realçar um aspecto extremamente importante que nasceu de uma experiência realizada em 2005, na universidade de São Miguel d'Oeste, no momento em que se vivia uma estiagem longa que trazia drásticos problemas para aquela população. A universidade tomou a iniciativa e, com recursos da filantropia, bancou bolsas de estudo para estudantes, filhos de agricultores

que não estavam contemplados com qualquer outro programa no ensino superior. Sem dúvida nenhuma, foi uma iniciativa extremamente positiva, importante, que contribuiu para que o estudante não abandonasse a universidade.

E fazendo uma busca sobre o assunto, há a questão do art. 170. No estado de Santa Catarina, infelizmente, não está sendo cumprido o que reza o artigo com relação à aplicação dos recursos para bolsas de estudo destinadas aos estudantes universitários. Quase 50% dos recursos que deveriam ser aplicados não chegam a ser investidos em bolsas de estudo.

Será que não seria o momento de o governo do estado de Santa Catarina, quando 126 municípios decretam situação de emergência, ter uma iniciativa semelhante à da Unesco, do reitor Vitor Carlos D'Agostini, em 2005, ou seja, oportunizar que centenas de jovens ameaçados por falta de dinheiro continuem no ensino superior, quem sabe, com uma bolsa de R\$ 200,00 durante cinco meses, para que eles não abandonem a escola?

Parece-me, deputado Décio Góes, que essa é uma questão de decisão política, de prioridade do governo, que não seria difícil porque já existe o art. 170 que contempla essa questão e já foi decretada a situação de emergência. Portanto, não haveria nenhum óbice legal para fazer com que centenas e centenas de jovens pudessem continuar buscando o seu ideal nos bancos escolares. Precisamos de ousadia, como a que a Unesco teve em São Miguel d'Oeste. É preciso que haja ousadia por parte do setor público nesses momentos críticos que a nossa população vive. Não dá mais para fazer de conta, é preciso atitude, ação. Esse é o mínimo que esperamos do setor público.

Estou colocando isso diante da dramática situação em que vivem milhares de famílias nos 126 municípios que decretaram situação de emergência. E há vários pontos de reivindicação: anistia de dívidas até R\$ 10 mil; retirada dos agricultores do Serasa; acesso a novos financiamentos; bolsa estiagem, que é extremamente importante nesse momento para que o agricultor continue na sua atividade na roça. Enfim, há muitas outras reivindicações extremamente importantes para os agricultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de dar continuidade ao assunto que já tratava, exatamente pela profundidade e pela emergência da situação que vive o oeste do estado de Santa Catarina.

Essa luta, essa mobilização, neste momento, faz-se necessária e é preciso que o governo possa também tomar alguma atitude concreta no sentido de amenizar a situação pela qual a agricultura familiar está passando em Santa Catarina. As perdas são grandes e basicamente o agricultor perdeu a esperança de continuar com o seu trabalho, com a sua vida na pequena propriedade. Nós vemos estampado no seu rosto, no seu olhar um desânimo muito forte, muito grande diante dessa situação dramática que está vivendo.

Claro que a chuva traz um novo olhar, um novo semblante, mas os agricultores

vão enfrentar agora o quê? O inverno! São basicamente 60 dias em que essa região toda vai ser tomada pelo frio e, automaticamente, vai encontrar dificuldade na questão da pastagem, porque vai continuar a seca mesmo que haja chuva. A pastagem, com o inverno e as geadas, vai continuar na situação em que se encontra. Nesse sentido, o agricultor terá mais de 90 dias pela frente sem ter de onde tirar qualquer tipo de recurso para continuar a sua atividade.

Então, precisamos de políticas emergenciais para atender essa nossa população, caso contrário voltarei aqui para dizer que os agricultores serão obrigados, pelas circunstâncias, a abandonar a sua atividade e a engrossar as fileiras dos desempregados nos grandes centros urbanos e aí, sim, gerar, com toda certeza, mais demandas para as administrações municipais, estadual e federal no setor urbano. Essa realidade está colocada como desafio a cada um de nós. Por isso a reivindicação dos nossos trabalhadores e trabalhadoras da roça é pequena, é humilde.

Eu acompanhei uma audiência, na semana passada, no ministério da Integração Nacional, com prefeitos de várias associações de municípios. E os prefeitos estavam lá pedindo R\$ 200 mil por prefeitura para resolver o problema do custeio imediato, para fazer com que a água chegue até a residência, até a propriedade, até a família. É um pedido extremamente insignificante e pequeno, ou seja, R\$ 200 mil para cada município é um pedido humilde diante da dura e dramática situação.

Por isso, os sindicatos e os movimentos sociais ligados à agricultura, e agora outros segmentos da sociedade começam a engrossar esses movimentos sociais urbanos, querem uma atenção mais especial ao setor.

Nesse sentido, na pauta de reivindicação, deputado Décio Góes, entre vários pedidos, está o da bolsa estiagem para cada família atingida dos municípios que decretaram situação de emergência. E a reivindicação é que o governo federal banque 70% dessa bolsa e o governo do estado, 30%, para que o agricultor possa alimentar-se, possa sobreviver na sua atividade na roça.

Além dessa bolsa estiagem, temos também o pedido de anistia de dívida de até R\$ 10 mil de custeio ou de investimento do nosso agricultor. Porque sabemos que prorrogar o pagamento é adiar a morte dos nossos agricultores. Então, é preciso colocar um basta e anistiar também os pequenos agricultores da roça, como se anistiam os grandes proprietários. Fixando o limite em R\$ 10 mil, estaríamos incluindo a grande maioria que não tem outra fonte de renda a não ser a agricultura.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado, gostaria de parabenizá-lo pelo tema sobre as políticas rurais que estão diretamente ligadas ao êxodo rural, à falta de condições de permanência das nossas famílias no campo e que por isso precisam de uma atenção especial do estado. O campo precisa ter acesso à tecnologia, ao conforto e à modernidade para poder manter as famílias e para que elas tenham melhores condições de vida.

O assessor de economia, o Juliano, da bancada do Partido dos Trabalhadores está fazendo uma análise sobre o PPA de 2004/2007. E justamente nas políticas

relativas à questão agrícola e dos pequenos agricultores no estado, o que o estado projetou para o período é ridículo, coisa de 10% do que foi projetado para financiar terras; 10% do que foi previsto para o Troca-Troca; 10% do que está projetado para os vários programas de acesso à luz, à habitação, enfim, dos vários programas que o governo projetou e dos quais faz propaganda. Garanto que gastou mais em propaganda do que efetivamente aplicou no campo.

Então, é preciso criar condições para que realmente as famílias tenham apoio e possam ficar no campo com conforto, com dignidade e ter esperança para seus filhos, enfim, ter perspectiva de vida. Só afrouxar o Código Ambiental não é política pública de permanência no campo. É preciso haver apoio efetivo, dar condições técnicas efetivas, equipar a Epagri para elaborar projetos de sustentabilidade e planos de manejo, para que o agricultor possa ter outra perspectiva e saiba lidar com sua terra. É preciso isentar as taxas dos pequenos; é preciso criar o pagamento pelos serviços ambientais, além um conjunto de políticas que possa realmente viabilizar a permanência do agricultor no campo, principalmente o pequeno agricultor.

Então, é um tema extremamente relevante, o qual temos que aprofundar nesta Casa Legislativa.

Parabéns, deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Décio Góes.

Para terminar, quero dizer que uma das reivindicações é exatamente o pagamento por serviços ambientais prestados pelos nossos agricultores familiares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero registrar a presença dos alunos do curso de Direito, da Celer Faculdades, de Xaxim, desejando-lhes boas-vindas, em nome da professora Sandra Penteado. Sejam bem-vindos! Esta Casa é de todos nós.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, pedi a palavra só para registrar o que v.exa. acabou de fazer agora.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, gostaria de anunciar a presença do sr. Antônio Ulsenheimer, prefeito da cidade de Saudades, que está-nos visitando na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica registrada a presença.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, alunos da Faculdade Celer, capitaneados pela professora Sandra Penteado, telespectadores da TVAL, vou aproveitar estes dez minutos que são do nosso partido, o PSDB, para tecer algumas considerações sobre um assunto que um colega deputado trouxe à tribuna,

relacionado com a possível aprovação pelo Congresso Nacional do voto em lista.

Eu tenho ouvido diversas opiniões sobre essa questão do voto em lista. Voto em lista significa o cidadão se eleger sem praticamente precisar usar o seu nome; o cidadão brasileiro terá que votar apenas e tão-somente na agremiação política. Por exemplo, o deputado Nilson Gonçalves deixa de existir e passa a existir somente o PSDB.

Eu gostaria de fazer algumas considerações e dar minha opinião: se o voto em lista fosse aprovado hoje no Congresso Nacional, certamente eu seria um dos beneficiados com essa aprovação e na próxima eleição não teria com que me preocupar, porque sou um dos deputados mais votados do PSDB de Santa Catarina. Portanto, automaticamente estaria encabeçando a lista do partido e não teria razão para me preocupar, pelo contrário, estaria torcendo para que isso acontecesse. Mas, na verdade, em minha opinião, em meu entendimento, isso significaria um atraso redundante para o país em termos de democracia e, aí sim, estaríamos sacramentando tudo de ruim que já vimos na política brasileira.

Hoje escutamos frases como "Estou-me lixando para a opinião pública", proferidas por um deputado que foi eleito nominalmente! Votaram nele, colocaram-no no Congresso Nacional, e ele diz que se está lixando para a opinião pública! Fico imaginando o que vamos escutar a partir do momento em que tivermos no Congresso Nacional e nas Assembleias deputados eleitos apenas e tão-somente com o nome da sigla. Se da forma atual já escutamos isso, imaginem o que escutaremos com deputados eleitos sem ter o seu nome levado à avaliação da opinião pública, do eleitor.

Srs. deputados, com o voto em lista estaremos estimulando, com certeza absoluta, o caciquismo neste país. Existem poucos, já tivemos mais. Mas traríamos de volta a este país esse sistema de caciques, com certeza absoluta, porque eles certamente iriam tratar de colocar seus apadrinhados nas listas. Com o voto em lista, certeza, estaremos consagrando esse estilo de política no Brasil!

As oligarquias com certeza também devem aflorar com mais força a partir da aprovação, porque se com o atual sistema já temos que enfrentar problemas dentro dos partidos, porque há lideranças ou até, entre aspas, "caciques" que de uma forma ou de outra influenciam nos destinos da agremiação, fico imaginando, srs. deputados, se tivermos o chamado voto em lista.

Então, pergunto: como os Poderes Legislativos dos estados e da capital federal vão-se renovar? Qual é o estímulo que uma pessoa que nunca participou de política partidária terá para entrar num partido e candidatar-se a algum posto, se automaticamente sempre ficará na rabeira da lista?

Que renovação teremos nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores ou na Câmara Federal? Como isso vai acontecer? Não haverá a menor possibilidade de renovação porque aqueles que já detêm mandatos políticos automaticamente estarão sempre encabeçando as listas, estarão sempre à frente nas listas.

Vejam bem, vou dar um exemplo: o PSDB tem a possibilidade de eleger oito deputados na próxima eleição, certo? Qual o estímulo que o candidato que está na lista além do oitavo lugar terá para sair fazendo campanha por aí? O que estiver em décimo lugar ainda é capaz de fazer campanha, porque pode sobrar, pode dar. Mas acima do décimo candidato dessa lista, qual é o estímulo que o

candidato terá para sair carregando uma bandeira, para distribuir santinho sem a foto dele? Será santinho com o nome do partido e deve ter a foto de um tucano. Então, ele deverá distribuir santinho com a foto de um tucano, sabendo que não haverá a menor possibilidade de se eleger?

Vou um pouquinho mais adiante: qual o estímulo que terá o candidato que estiver no topo da lista que estará automaticamente eleito? Quer dizer, se podem entrar oito, os que estivessem em primeiro, segundo e terceiro lugar, que seria o meu caso porque eu encabeçaria a lista, que estímulo eu teria para sair por aí distribuindo santinho? Iria fazer, lógico, mas com que estímulo?

Sinceramente, não acredito que esse tipo de política se consagre neste país, a não ser que tenham perdido de vez o juízo e o respeito com o cidadão que coloca os seus representantes no Parlamento. Seria muita falta de respeito, porque o cidadão vai votar!

Outra pergunta que gostaria de fazer aos senhores é a seguinte: quando acabar a eleição, como o eleitor vai cobrar do candidato se não votou nele? Como vai cobrar? Como alguém poderá vir aqui à Assembleia e dizer: "Escuta, deputado, o senhor não está fazendo nada! Como é que é?" E o deputado vai dizer: "Escuta, você votou em mim?" Ao que ele responderá: "Não, mas eu votei na sua sigla". E o deputado responderá: "E daí?" Essa resposta pode acontecer. O cidadão não terá como cobrar do seu representante, porque ele votou numa sigla partidária. O eleitor então dirá: "Eu votei na sigla. Eu ajudei o senhor a se eleger."

Agora, quando o voto é nominal, o cidadão tem o legítimo direito de cobrar, porque ele votou no candidato. E se ele não estiver fazendo o que prometeu, o eleitor sabe a quem procurar, porque foi nele que depositou a confiança.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Nilson Gonçalves, parabéns v.exa. que hoje, no horário do nosso partido, o PSDB, está iluminado. Eu levantei este assunto da tribuna, na quarta-feira passada. Quando eu disse que estavam querendo dar um golpe, o deputado Pedro Uczai disse: "Deputado José Natal, o que é isso, v.exa. está louco? Falar em golpe?"

Para este deputado, o que v.exa. colocou sobre o voto em lista, se permanecer essa idéia, é um golpe. E como vamos proceder dentro de tudo aquilo que v.exa. colocou agora? Como? Que estímulo teremos? Que estímulo terá a sociedade para participar do processo político deste país que é tão importante para tudo e para todos?

Parabéns v.exa. pelo pronunciamento. Pena que o tempo esteja encerrado.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Concluindo, sr. presidente, eu espero que a imprensa e a opinião pública se mobilizem e não permitam que aconteça um desastre desses em nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Lício Mauro da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVA - Sr. presidente e srs. deputados,

quero rapidamente parabenizar a Rádio Guarujá, de Florianópolis, que completa seu 76º aniversário. Tomo a liberdade de fazê-lo em nome de todos os deputados presentes em plenário, haja vista a importância desse veículo de comunicação no contexto catarinense.

Há pouco mais de uma década, no governo Fernando Henrique, houve o início de uma privatização em todos os setores que eram estatais. E não fugiu à regra o setor de energia elétrica.

Santa Catarina tinha uma empresa do grupo Eletrobrás, fora a Celesc, em que o controle acionário estava nas mãos do governo do estado, que era a Eletrosul. Ela tinha sede no Rio de Janeiro, mas na década de 70 foi transferida para a capital do estado de Santa Catarina. No processo de privatização houve uma cisão, ou seja, Celesc e Eletrosul ficaram com a transmissão de energia elétrica, como empresas públicas, empresas estatais, e a geração de energia elétrica ficou nas mãos de empresas que participariam de uma concorrência. A geração hoje está com a Tractebel, uma empresa que tem grande destaque e que, temos que reconhecer, é muito boa no que faz. Então, a geração, hoje, no estado de Santa Catarina, está nas mãos da Tractebel, que tem um comportamento exemplar, não só com relação ao nosso estado, como também com outros estados.

Mas não é a isso que quero ater-me. Quero ater-me à Eletrosul como empresa pública. A Eletrosul atua nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Roraima. A Eletrosul, hoje, não poderia entrar na geração de energia, mas no decorrer desses anos, com a abertura da política de parceria público-privada, começou a atuar nessa área. Atualmente, ela está construindo a Usina Hidrelétrica Passo São João, no Rio Grande do Sul; a Usina Hidrelétrica de Mauá, no Paraná; a PCH de Barra do Rio Chapéu, em Santa Catarina; no estado de Roraima está construindo a Usina Hidrelétrica Giral e no Mato Grosso, em São Domingos, vai ser lançada a licitação de outra usina.

Vejam como as coisas são importantes. Eu estou falando em empresas públicas, como a Eletrosul. A Aneel acabou de autorizar a Eletrosul a fornecer energia elétrica para a Argentina. Até 31 de dezembro deste ano, a Eletrosul entrará no mercado internacional fornecendo energia elétrica para a Argentina.

Quero dizer mais ainda: eu estive agora, no dia 11, que, inclusive, foi um dia muito bom, em Biguaçu. Lá tive a oportunidade de conhecer uma obra da Eletrosul, que pertence ao sistema Eletrobrás, e de verificar que o nosso estado está centrado na construção de uma grande subestação. Na verdade, são duas subestações, uma de 500KW e outra de 230KW. A de 500KW vai abastecer até Blumenau, passando por Campos Novos e assim por diante, e a de 230 KW vai abastecer Biguaçu, Palhoça, indo até Desterro, que é uma subestação nova, próxima ao Campeche, com um cabo submarino de 4,6km. Além disso, temos a construção da transmissão Biguaçu/Palhoça, ou seja, sai de Biguaçu para Palhoça, de 48,6km de linha, de 230KW, em circuito duplo, tanto para Palhoça quanto para Tubarão.

Então, o que eu quero chamar a atenção dos senhores é que a Eletrosul, como empresa pública, apresenta ótimos resultados, excelentes resultados. Às vezes as pessoas pensam que estatizar é a solução, mas não é por aí. Temos que discutir plenamente esse problema para chegar a uma conclusão que venha ao encontro do desenvolvimento

econômico do estado e, consequentemente, do desenvolvimento social. E não haverá desenvolvimento social se não houver desenvolvimento econômico.

Essa ligação está toda integrada ao sistema nacional, ou seja, toda a linha de transmissão que estamos tendo aqui está integrada ao sistema nacional. Hoje as represas das usinas hidrelétricas estão bem abaixo do nível, não estão gerando a potência de ponta e algumas estão desativadas, mas graças a esse sistema interligado, graças a investimentos feitos para a região e para o estado, estamos recebendo energia neste momento. Pode ser de São Paulo, pode ser do Paraná, do Mato Grosso, do Rio de Janeiro, de qualquer lugar, porque o sistema está integrado!

Assim sendo, vocês podem ver a segurança que temos. Apesar da seca no sul do país, estamos com energia porque nas outras usinas há potencial reservado amplamente satisfatório. E é nisso que eu venho batendo! Ou seja, essas empresas têm que ser reestruturadas da maneira como a Eletrosul fez, com responsabilidade, com determinação, com profissionalismo, deixando o aspecto politiquês de fora.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Sr. deputado Lício Mauro da Silveira, quero agradecer o aparte e cumprimentá-lo pelo belíssimo pronunciamento a respeito de uma área que v.exa. conhece muito bem, tanto técnica quanto administrativamente. Então, parabéns pela sua manifestação!

Quero aproveitar este momento também para registrar a manifestação do deputado Nilson Gonçalves, que é do governo, mas que é um homem inteligente, que reconhece que de fato as SDRs não funcionam em determinados locais.

Esse reconhecimento do deputado Nilson Gonçalves é importante porque, como eu disse, ele é um homem realista e sabe que para funcionar tem que haver alterações.

Parabéns, deputado Nilson Gonçalves!

Muito obrigado pelo aparte, deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Também nos somamos, juntamente com o deputado José Natal, ao pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves. Só não comuniquei com ele no seguinte: que o PSDB pode eleger oito deputados estaduais. Espero que sejam cinco, quatro, não mais do que isso, senão vão tirar vaga de outros partidos.

Foi muito bom o seu pronunciamento, isso faz com que enxerguemos a irresponsabilidade com que os congressistas estão tomando decisões que não agradam nem a nós, que somos beneficiados. Eu vou estar um pouco atrás, mas isso também não interessa, o que interessa é realmente uma coisa que venha ao encontro da sociedade. Democracia...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -

Deputado Lício Mauro da Silveira, não podemos dar mais tempo do que já foi dado a v.exa. na tribuna, porque se abrimos uma exceção não controlaremos mais depois. Mas v.exa. poderá usar o tempo que precisar no microfone de aparte, não haverá nenhum problema.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Lício Mauro da Silveira, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, embora gravemente contundido lá naquela mesa, faço esse esforço em respeito a v.exa.

Eu concordo com o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves, mas entendo que devemos, e não sei se é tarde ou não, provocar pelo menos uma moção da Assembleia Legislativa com relação a esse assunto, para que o nosso Fórum Parlamentar e os deputados saibam que realmente aquilo que queremos é o melhor para a sociedade e não aquilo que eles querem.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Obrigado pela compreensão, deputado Lício Mauro da Silveira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado que torce pelo Avaí, Cesar Souza Júnior, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, aqueles que nos acompanham pela TVAL, aqueles que estão aqui presentes acompanhando esta sessão, funcionários desta Casa, nesta manhã de quinta-feira eu gostaria de trazer à tribuna um tema de muita importância, em especial para a região da Grande Florianópolis, uma vez que a capital recebe um dos maiores eventos mundiais do turismo, que é o WTTC. Não é um evento de grande público, mas é um evento, sobretudo, de extrema qualificação, já que os grandes *players*, os grandes atores mundiais do turismo estarão presentes, pois estão chegando à cidade hoje. Infelizmente, não temos um tempo mais agradável para que eles possam observar a nossa cidade na sua plenitude.

Mas neste dia tão importante para Florianópolis e para Santa Catarina, quando a cidade recebe certamente o evento mais importante de toda a sua história, que está trazendo pessoas acostumadas a visitar grandes palcos do turismo mundial, pessoas que têm de fato a capacidade de para cá trazer o tão sonhado turismo de qualidade, convivemos também com a ameaça de uma greve no transporte coletivo urbano da cidade.

Haverá assembleia para decidir se teremos ou não greve hoje, justamente num dia em que aqui estarão grandes atores do turismo mundial, uma vez que boa parte deles terá que transitar pelas nossas ruas, pelas nossas avenidas, que já não são assim um grande cartão de visita, e que poderão, deputado Antônio Aguiar, ter que conviver com um grande engarrafamento numa sexta-feira, caso essa paralisação no transporte urbano seja confirmada.

Faço, desta tribuna, de maneira muito democrática, o primeiro reconhecimento de que os trabalhadores do transporte coletivo urbano têm toda a autonomia de manifestar as suas pretensões salariais. Isso é legítimo, é garantido pela Constituição e todos nós defendemos. É um trabalho duro, difícil esse do transporte coletivo, um trabalho desgastante, estressante, perigoso e que precisa ser condignamente remunerado.

Agora, a modalidade de greve que se implantou há alguns anos em Florianópolis de paralisar o serviço sem prévio aviso, largando, no centro da cidade, crianças, idosos que vão buscar tratamento médico, pessoas que vão trabalhar, que moram em São José, Biguaçu,

Palhoça, no norte da ilha, é algo de fato que não se pode tolerar mais. Se se quer fazer um movimento grevista, que se faça, mas avisando previamente a população nas 72 horas anteriores, como faziam antigamente os movimentos grevistas do transporte coletivo urbano.

Então, fica aqui o nosso alerta no sentido de que, por dois fatores, tanto pelo WTTC quanto pela questão de se largar as pessoas sem prévio aviso, não é o momento mais propício para um movimento dessa natureza. Que façam esse movimento avisando previamente as pessoas, que façam dentro daquilo que a lei determina, mas que não coloquem a cidade num caos, justamente no dia em que ela vai receber um evento turístico de magnitude, porque dá uma má impressão da cidade e gera prejuízo para todos.

É um turismo qualificado que pode deixar de vir para cá, um turismo de alto padrão, que é o objetivo do WTTC, é o emprego que vai deixar de vir para a cidade, são impostos que a cidade e o estado vão deixar de arrecadar. Portanto, fica aqui esse nosso apelo, esse nosso registro.

Gostaria também de fazer um cumprimento todo especial ao município de Biguaçu, que hoje realiza sessão solene em comemoração ao seu aniversário. O prefeito José Castelo Deschamps e todos os vereadores estarão, hoje, lá na sessão solene em homenagem àquele grande município, que começa finalmente a entrar no ritmo do crescimento e do desenvolvimento da Grande Florianópolis.

Biguaçu, atualmente, apresenta grandes condições para receber, dentro do complexo da Grande Florianópolis, grandes investimentos. Empresas já procuram Biguaçu, hoje um município que tem uma das maiores populações de Santa Catarina, que cresce em ritmo acelerado e que tem, atualmente, uma grande confiança no seu futuro.

Destaco aqui o trabalho do prefeito José Castelo Deschamps, que é um homem de negócios, um homem que tem a sua vida empresarial coroada de pleno sucesso e que neste momento se doa para o município de Biguaçu com uma visão empreendedora, moderna, parceira dos investimentos que certamente, a partir de agora, vão começar a se tornar frequentes naquele município, que tem também, é importante registrar, mazelas sociais causadas pelo crescimento desordenado, pelo elevado número de pessoas que para lá acorreram, sobretudo nos últimos dez anos, sem ter condições de empregabilidade e sem ter, de fato, condições de ser inseridas socialmente.

Então, Biguaçu inaugura uma nova era, um novo momento, e temos certeza de que - inclusive conversamos com o prefeito Castelo - muitos investimentos acontecerão nos próximos anos.

Mas quero, da mesma forma, destacar aqui uma luta da prefeitura, um compromisso do governo do estado e uma luta também nossa, da Assembleia Legislativa, no sentido de que Biguaçu ganhe, num futuro próximo, o seu hospital, já que sabemos que o município cresceu muito, a população passa dos 50 mil habitantes e não conta com uma unidade hospitalar. Todo serviço de maior complexidade tem que ser buscado em São José, no Hospital Regional, ou nos hospitais já absolutamente sobrecarregados da nossa capital. Municípios menores que Biguaçu contam com a sua unidade hospitalar, que é um grande sonho da comunidade, e se hoje temos um problema em termos de prestação de serviço público naquele município, é na área da saúde. Mas esta Casa não se vai

furtar, tenho certeza, de apoiar o município junto ao governo do estado e ao governo federal, para que se consigam os recursos necessários.

Então, sr. presidente, fica aqui este lembrete: que tenhamos hoje um dia de festa e não um dia de caos nesta cidade; um dia em que nós mostraremos ao mundo que Florianópolis é uma cidade única, que Santa Catarina é um estado especial, diferenciado, e que podemos trazer para cá grandes investimentos qualificados em turismo. O turismo, hoje, é uma das maiores indústrias do mundo e que não é uma opção, é uma determinação econômica nossa aproveitarmos esse maravilhoso potencial tão subaproveitado, tão vilipendiado, mas que ganha, neste dia, uma oportunidade, graças ao empenho do governador Luiz Henrique da Silveira, ao empenho do governo do estado, de mostrar ao mundo as maravilhas desta terra!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 17 minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, diariamente escutamos desta tribuna questionamentos sobre as secretarias de Desenvolvimento Regional do governo do estado. Há que se dizer que, é claro, sabemos que é um projeto novo, que tem apenas seis anos e que, com certeza, não é perfeito ainda.

Em nosso estado, com seus 100 anos de vida, ainda há muitas coisas que precisam ser ajustadas, mas há que reconhecer, deputado Rogério Mendonça, a importância das secretarias de Desenvolvimento Regional. E ninguém pode negar o desenvolvimento que está acontecendo, através dessas secretarias, nos pequenos municípios, nos municípios do interior do nosso estado.

Na época em que o atual governo assumiu, deputado Antônio Aguiar, tínhamos 55 municípios sem acesso asfáltico. Acredito que no fim de 2010 nenhum município deixará de ter, pelo menos, uma via asfaltada para se chegar até ele.

Quando se diz que as secretarias têm na sua direção pessoas que não trabalham da forma que precisam trabalhar, às vezes não é culpa do governador. E se existem secretários que fazem o trabalho pela metade ou que não cumprem com o seu dever, cabe a nós, cidadãos catarinenses, brasileiros, deputados, fiscais deste Parlamento, dizer quem são os servidores que não honram seu compromisso.

A minha fala aqui, hoje, será sobre a questão da estiagem no oeste, mas antes não posso deixar de registrar a importância que teve a descentralização do governo, principalmente para nós, que viemos de pequenos municípios. Havia asfalto para os grandes municípios, havia infraestrutura nos grandes municípios, nas grandes cidades e o oeste de Santa Catarina, principalmente, o planalto norte e o planalto serrano, regiões que contribuem muito para o desenvolvimento do estado, não eram reconhecidos. E hoje o governo está mais perto das pessoas, o governo está localizado naquelas regiões.

É claro que, se ainda são necessários alguns ajustes, nós precisamos ajudar a fazê-los, mas não vai mais existir nenhum governo, e não importa de qual partido político seja o próximo governo, que irá desestruturar ou fazer com que não haja mais as SDRs,

porque o governo se aproximou da população, o governo está perto da sua gente.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço v.exa., deputado Ismael dos Santos, com muito prazer.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Moacir Sopelsa, apenas para nos aliar à sua linha de raciocínio, queremos dizer que estivemos, ontem, participando de um debate sobre esse assunto, juntamente com alguns deputados, numa rede de televisão do estado.

Gostaria de dizer que há, claro, necessidade de alguns ajustes, de algumas adequações na proposta de descentralização. Agora, não reconhecer a economia e não reconhecer a rentabilidade social das secretarias pulverizadas pelo estado de Santa Catarina é falta de sensibilidade política.

Vou repetir aqui o exemplo que citei ontem no debate: o estado de Santa Catarina possui, hoje, oito mil veículos. Antes da descentralização esses veículos estavam locomovendo-se para a capital. E aí há um dado matemático elementar: para a manutenção, só em combustível, desses oito mil veículos, o estado gastou, em 2006, cerca de R\$ 5 milhões; em 2007, gastou apenas R\$ 3 milhões. Portanto, houve uma economia de R\$ 2 milhões, graças, sem dúvida, ao projeto de descentralização.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Realmente é uma realidade. Temos que ter a consciência de que precisamos ajustar as questões governamentais, é assim nas prefeituras municipais, é assim no governo federal e não é diferente no governo do estado. Mas se deixarmos de reconhecer a importância que tem a descentralização, a importância que têm os investimentos nos pequenos municípios, nos municípios do interior do estado, nós não estaremos reconhecendo o desenvolvimento que Santa Catarina alcançou nos últimos seis anos.

Mas quero também deixar registrado desta tribuna a alegria que tenho, no dia de hoje, e que todos têm, certamente - e já ouvi o pronunciamento do deputado Padre Pedro Baldissera -, pelo fato de estar sendo minimizado o sofrimento, deputado Silvio Dreveck, dos nossos agricultores com a vinda da chuva.

Durante a estiagem houve promessas, tanto do governo do estado, como do governo federal, de que poderia haver recursos para os municípios, para os agricultores. Eu espero que essas promessas possam ser cumpridas e não aconteça novamente aquilo que ocorreu quando tivemos as cheias e outras catástrofes no estado de Santa Catarina. Inclusive, a nossa população está até hoje esperando os recursos. Eu espero que nós possamos estender a mão.

Há uma coisa que me sensibiliza - e quero deixar isso público, aproveitando a presença dos estudantes do curso de Direito da nossa universidade de Xaxim: saber que há muitos filhos de pessoas humildes que não conseguem frequentar um curso superior porque não podem pagar a mensalidade. Eu só acredito que iremos viver num país digno e justo no dia em que pudermos ver todos os nossos jovens dentro de uma universidade, no dia em que nós tivermos todas as nossas pessoas com atendimento à saúde. Enquanto enxergamos milhões de pessoas nas filas dos hospitais, não podendo ser atendidas; enquanto tivermos um índice de mais de 30 milhões de pessoas que ainda passam fome e

vivem abaixo da linha da pobreza, não poderemos dizer que vivemos num país que dá dignidade à população.

E quando eu vejo o nosso agricultor que perdeu parte de sua produção de cereais e de leite, atividades que lhe dão recursos mensalmente, nessa situação, sei que precisamos estender-lhe a mão para que ele possa continuar trabalhando na terra, sob pena de vermos a cada dia que passa as favelas mais inchadas, as cidades mais inchadas e as pessoas sem condições de trabalho.

O deputado Padre Pedro Baldissera foi feliz quando citou a educação, quando citou o apoio que precisamos dar ao nosso produtor. De minha parte, vou trabalhar e fazer de tudo para que o governo do estado possa atendê-los com os recursos que foram prometidos e para que o governo federal possa também trazer esses investimentos para minimizar o sofrimento da nossa gente.

Deixo o restante do tempo do horário ao deputado Renato Hinnig, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até sete minutos, ainda dentro do horário destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, tive a oportunidade, na última sexta-feira, junto com diversos colegas parlamentares - e estava lá também o nosso presidente, deputado Gelson Merísio -, de participar da inauguração do Capit do Sest Senat na cidade de Chapecó.

É um ato que merece este registro porque foi colocado à disposição da comunidade oestina, especialmente dos motoristas de caminhão, aqueles que transportam a riqueza de Santa Catarina, um instrumento extremamente importante: um local agradável, com um espaço para o seu lazer, para a integração entre as famílias; um espaço para serem realizados cursos de capacitação porque, hoje, ser motorista de caminhão exige também capacitação, pois os instrumentos dos caminhões estão cada vez mais sofisticados, computadorizados, e é preciso que o motorista esteja adequadamente preparado para poder usufruir de toda a tecnologia existente no caminhão. Em primeiro lugar, para o seu próprio conforto e, em segundo, para dar segurança a quem transita pelas estradas.

É importante também porque lá foi montada toda uma estrutura de assistência médico-odontológica para os motoristas e seus familiares. O motorista pode iniciar lá um tratamento dentário e, ao seguir viagem, nos outros Capits, em outras estruturas semelhantes existentes pelo Brasil inteiro, continuar o seu tratamento. Isso é ter cuidado com as pessoas, ter cuidado com os cidadãos.

Trago este assunto porque reputo da maior importância o trabalho que está sendo feito aqui no estado de Santa Catarina pela FetranceSC, capitaneada por Pedro Lopes, e pelos 13 sindicatos de transportadoras de carga de Santa Catarina.

Outros Capits estão também sendo analisados e alguns, como o de Criciúma, já está prestes a ser inaugurado. Também está sendo pleiteado para ser construída essa estrutura nas cidades de Joinville e de Lages. Assim, Santa Catarina ficará bem coberta com essas instalações, já que Florianópolis possui a sua há alguns anos, e funcionando muito bem.

É importante também trazer para esta tribuna - e o assunto já foi debatido aqui -

a necessidade de a Petrobras rever e fazer uma adequação ao preço do óleo diesel que está sendo cobrado nas bombas. O preço que está sendo cobrado hoje, deputado Sílvio Dreveck, foi estabelecido quando o barril de petróleo estava a US\$ 140, e hoje estamos diante de uma realidade em que o preço caiu para US\$ 50 e o preço não foi adequado na bomba para consumo dos motoristas.

Então, é importante que esse assunto seja sempre debatido para que, aos poucos, crie-se a consciência e a Petrobras efetivamente analise essa questão, porque isso, sim, vai contribuir para combatermos esse período difícil de crise que se está instalando. Seria uma possibilidade de, quem sabe, reduzir os preços dos produtos, já que isso se reflete diretamente no custo do transporte. E sobre esse assunto, gostaria de contar com o apoio dos colegas parlamentares.

Tive também a oportunidade de participar, na última segunda-feira, do Fórum Exame, sendo que estavam lá três Prêmio Nobel de Economia e o ex-ministro Delfim Neto debatendo os reflexos da crise no Brasil. E todos eles foram unânimes em afirmar que essa crise que está causando problemas nos Estados Unidos e principalmente na Europa, também se reflete na China e no Brasil.

Sr. presidente, vamos ainda passar por um período bastante complicado até o final deste ano, quando, então, lentamente, começará um período de recuperação, muito embora os últimos índices nos tenham mostrado que se está chegando ao final do poço. Mas nenhum desses especialistas foi capaz de afirmar isso com segurança. As previsões são de que esse processo dolorido continue por algum tempo ainda e a recuperação lenta comece a acontecer a partir do último trimestre deste ano.

Mas temos motivos para comemorar em Santa Catarina, no sentido de que se afigura um período de estabilização, uma vez que daqui para frente há sinais de que a economia catarinense começa a recuperar-se. E as ações do governo do estado têm mostrado isso.

O WTTC, que inicia hoje, certamente vai contribuir sobremaneira para que a economia de Santa Catarina torne-se cada vez mais pujante, já que aqui estarão os 800 maiores empresários do setor de turismo do mundo. Santa Catarina vai-se abrir e as pessoas do mundo inteiro vão conhecer as potencialidades do estado e as oportunidades de investimento que vão ser demonstradas ao trade turístico mundial, nesse encontro maravilhoso que acontecerá a partir de hoje e irá até o próximo sábado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, quero aqui reiterar o convite feito ontem pelo presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina, o competente Paulo Vendelino Kons, um brusquense que nos orgulha pelo belo trabalho que faz à frente dos conselhos tutelares de Santa Catarina, para o 7º Seminário Estadual de Formação, que acontecerá no período da tarde, aqui na Assembleia Legislativa. Na ocasião serão discutidos os resultados dos 17 seminários regionais feitos em toda Santa Catarina e também as políticas públicas para operar o sistema de garantias das crianças e dos adolescentes catarinenses.

Convidamos todos os deputados para se fazerem presentes, bem como a população. Sem dúvida nenhuma, trata-se de uma grande discussão, de importância relevante, que o Paulo Kons vem conduzindo com muito brilho por todo o estado.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero solicitar, com a aquiescência de todos os líderes, que, ao final do horário dos Partidos Políticos, possa ser aberto um espaço, rapidamente, para a rainha e as princesas da Festa da Gastronomia Italiana, que vai acontecer em junho, na cidade de Nova Veneza, no sul do estado, convidarem os deputados e a sociedade catarinense para participarem desse evento importante da nossa cultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Tão logo seja encerrada a Ordem do Dia, vamos suspender a sessão e v.exa. poderá conduzir a rainha e as princesas à tribuna para fazerem o convite e também apresentarem a festa.

A Presidência registra, com prazer, a presença no plenário do prefeito de Lajeado Grande, Zeno Jairo Zmijevski, e do prefeito de Xanxerê, Bruno Linhares Bortoluzzi.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0022/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0045/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, ontem, na votação já deste projeto, o deputado Décio Góes fez uma intervenção, pois a nossa bancada entende que precisa discutir melhor essa questão de repasses de terrenos públicos, principalmente áreas nobres, para entidades privadas.

Nós concordamos com relação aos terrenos para os municípios para construção de delegacia de polícia, escolas, etc. Agora, queremos discutir melhor essa questão do repasse dos terrenos para a iniciativa privada. São terrenos públicos que nunca mais, com certeza, o estado irá conseguir de volta.

Assim, a nossa bancada vota não contra o mérito da entidade que vai receber, mas quanto ao mérito de repassar terrenos públicos à iniciativa privada.

Então, a nossa bancada vota contra.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, a Aliança Francesa é um grande instrumento para formação e qualificação profissional de colaboradores tanto do governo

do estado quanto de entidades ligadas ao governo e, naturalmente, também de entidades privadas. Por isso é de interesse do governo favorecer a implantação desse centro cultural e educacional no centro de Florianópolis. Com certeza, ele servirá, e muito, a toda a sociedade.

Por isso, o PSDB orienta o voto favorável.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria, com os votos contrários dos deputados Dirceu Dresch e Décio Góes.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0058/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0133/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0134/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Há um projeto, o PL n. 0184/2008, de autoria do deputado Pedro Baldissera, que não consta da pauta da Ordem do Dia, e que se destina à votação em segundo turno.

O autor solicita que a sua votação seja feita hoje, uma vez que se realiza na primeira semana de junho a Festa Estadual do Vinho e o seu projeto vem exatamente instituir o Dia Estadual do Vinho.

Por isso, consulto os srs. líderes se é possível fazer a votação da matéria.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo acordo de líderes, vamos à deliberação.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0184/2008, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui o Dia Estadual do Vinho.

Ao projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Padre Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, desejo somente explicar que, a exemplo do que já ocorre no Rio Grande do Sul e de um projeto que tramita no Congresso Nacional, a matéria prevê a criação do Dia Estadual do Vinho no primeiro domingo do mês de junho.

Portanto, diante do pouco tempo que resta e tendo feito essa solicitação à Mesa, quero agradecer o entendimento das lideranças de todas as bancadas.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - E não é só o vinho de missa, mas todos os vinhos, não é, deputado?

Continua em discussão.
(Pausa)
Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para

as 11h05, com o intuito de procedermos à votação da redação final dos projetos e também à votação dos demais projetos.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 11h05, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozo - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0618/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0618/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra o passamento de Manoel Miranda, liderança rotariana de Tubarão.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Décio Góes por divulgar a 5ª Festa da Gastronomia Italiana, em Nova Veneza.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do vereador Ederson Inri Bevilaqua, de São Bernardino, acompanhado de lideranças do PT.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Anuncia audiência da Fetraf/Sul com o governo do estado, visando ao atendimento da pauta de reivindicações para reduzir os impactos da estiagem.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Salaria as belezas que advirão do WTTC; lembra a realização, na capital, do Festival de Integração Multicultural Catarinense; adverte a sociedade brasileira sobre a intenção do governo federal de mexer na poupança.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença de grupo de idosos e do prefeito Leoberto Weinert, de Canoinhas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Concorde com a importância do WTTC e enfatiza que é fundamental aproveitar o momento para efetivar projetos que preparem o estado para oferecer turismo qualificado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Alerta para a falta de infraestrutura turística necessária na capital para receber turismo de qualidade.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reconhece a importância do WTTC, mas questiona o alto custo do evento; critica o modelo de descentralização do governo do estado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Louva a decisiva participação do governador para a concretização do WTTC; defende o modelo de descentralização implantado no estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Elogia a Câmara Municipal de Lages que pretende manter uma parceria com a Escola do Legislativo; registra a presença do vereador João Antônio Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0184/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves a ser enviada ao presidente dos Correios, apelando por providências urgentes para que sejam sanados os problemas da agência do município de Schroeder, em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da comissão de Turismo e Meio Ambiente, a ser enviada ao Senado Federal, cumprimentando aquela casa pela vigília em defesa da preservação da floresta amazônica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense e aos líderes dos partidos políticos no Congresso Nacional, solicitando empenho na aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0152/2008.

Em discussão.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Solicito verificação de quórum, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Solicito à assessoria que abra o painel para verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum.)

DEPUTADA ADA DE LUCA
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL
DEPUTADA ANA PAULA LIMA presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR presente
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADO DÉCIO GÓES presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS presente
DEPUTADO GELSON MERÍSIO presente
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS presente
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JEAN KUHLMANN
DEPUTADO JOARES PONTICELLI presente
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO presente
DEPUTADO JOSÉ NATAL
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MOACIR SOPELSA presente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA presente
DEPUTADO PEDRO UCZAI
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS presente
DEPUTADO RENATO HINNIG presente
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO RÔMULO TITON
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES
DEPUTADO SERAFIM VENZON presente
DEPUTADO SILVIO DREVECK presente
DEPUTADO VALMIR COMIN
Não há 21 srs. deputados presentes.

Assiste razão, portanto, à deputada Professora Odete de Jesus, pois não temos quórum para deliberação. Dessa forma, a deliberação acerca da Moção n. 0090/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, fica para a Ordem do Dia da próxima terça-feira, bem como dos pedidos de informação.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0591/2009, de

autoria do deputado Renato Hinnig; 0618/2009 e 0619/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart...

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, gostaria de subscrever o requerimento anteriormente lido por v. exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está subscrito o requerimento pelo deputado Renato Hinnig.

Estão também deferidos pela Presidência os Requerimentos n.s.: 0620/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart; 0621/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0622/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu também gostaria de subscrever o Requerimento n. 0618/2009, com a aquiescência do deputado Genésio Goulart, que parabeniza o presidente da Associação Catarinense de Engenheiros pelos 75 anos de fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do deputado Genésio Goulart, está subscrito o Requerimento n. 0618/2009 pelo deputado Décio Góes.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sobre a solicitação que fiz, é possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É verdade! É possível, sim!

Antes do próximo orador e depois de ouvirmos o deputado Joares Ponticelli, que pede a palavra, pela ordem, vamos suspender a sessão para que o deputado Décio Góes possa apresentar a rainha e as princesas da festa sobre a qual fez a solicitação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero registrar, com muito pesar, o passamento do dr. Manoel Miranda, uma liderança rotariana extremamente conceituada em Tubarão, no sul do estado de Santa Catarina, que, inclusive, durante um período foi governador do Distrito 4651 do Rotary Internacional. Era uma figura muito benquista na sociedade tubaronense e que, infelizmente, deixou nosso convívio.

Portanto, quero manifestar à família do dr. Manoel Miranda os nossos pêsames pelo seu passamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência e os demais deputados se associam ao pesar externado por v. exa.

A sessão será suspensa por até dez minutos e o deputado Décio Góes fará a condução dos trabalhos a partir de agora.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, é só para cumprimentar o deputado Décio Góes, pois acho que este espaço democrático tem que ser usado para divulgar as coisas de Santa Catarina também.

O deputado Elizeu Mattos disse que eu fiquei com ciúmes do deputado Décio Góes, porque na terça-feira trouxe aqui a rainha e as princesas da Festa do Pinhão, de Lages, e ontem, a rainha e as princesas da Festa do Leite, de Presidente Getúlio; hoje foi a vez do deputado Décio Góes.

Mas acho realmente, presidente, que este tem que ser o espaço de todas as regiões, de todas as festas. Isso não atrapalha a sessão, pois são dez minutos apenas e uma excelente oportunidade de mostrar as festas, a cultura e os valores de Santa Catarina.

Parabéns ao deputado Décio Góes por trazer uma amostra do que será a nossa 5ª Festa da Gastronomia Italiana, em Nova Veneza.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós queremos registrar a presença do vereador Ederson Inri Bevilacqua, do município de São Bernardino, do Partido dos Trabalhadores; do sr. Juvenil Correia de Mello, presidente do nosso partido, e da sra. Lourdes Klein, suplente de vereadora do mesmo município.

Agradeço a presença e sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Dentro de Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, público que nos visita hoje, quero aqui, com muita satisfação, registrar um acontecimento importante. Estou muito feliz, deputada Professora Odete de Jesus, porque está pronto para ir à votação no Congresso Nacional o projeto de criação da nossa Universidade Federal da Mesorregião do Mercosul, que irá atender a parte norte, ou seja, o alto Uruguai do Rio Grande do Sul, o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná. Será uma universidade regional, uma nova experiência. Essa universidade terá sua sede central no município de Chapecó e dois *campi*, um no Rio Grande do Sul e outro no Paraná, neste primeiro momento, com a perspectiva de ampliação.

O projeto tramitou com rapidez no Congresso Nacional, e quero destacar aqui o esforço das nossas lideranças federais, os deputados federais da nossa bancada e a senadora Ideli Salvatti. Mas destaco aqui, especificamente, o trabalho brilhante do deputado Cláudio Vignatti, que assumiu de frente a luta, desde o trabalho junto aos movimentos sociais até a tramitação do projeto no Congresso Nacional.

A chegada desse projeto ao plenário significa um grande passo e a expectativa é que a aprovação da matéria seja rápida para que se possa operar legalmente a constituição dessa universidade. E há a perspectiva da realização ainda este ano de concurso público para professores e trabalhadores, além do vestibular para os alunos que irão iniciar as aulas no ano que vem.

Fico feliz por ter participado de toda a história da construção desse projeto há muitos e muitos anos. Foram dias e dias de encontros, seminários, debates, mobilizações,

viagens a Brasília, reuniões com o ministério da Educação, no Palácio do Planalto e na Casa Civil. E agora o presidente Lula está dando a oportunidade de a juventude do sul do Brasil voltar a sonhar com uma universidade pública no oeste, porque faz 20 anos que não se cria uma universidade federal em Santa Catarina.

O deputado Moacir Sopelsa citava a importância de a nossa juventude estudar. O ProUni, que é um programa criado pelo governo Lula, dá essa oportunidade. Inclusive, lá em Xaxim há muitos jovens pobres, de baixa renda, estudando pelo ProUni, tendo a oportunidade de cursar uma universidade. O que nos deixa feliz é que os comentários sobre esses jovens que receberam a oportunidade de cursar a universidade devido ao ProUni é que se estão esforçando e destacando-se nas universidades privadas ou comunitárias, fazendo jus ao benefício que estão recebendo da sociedade brasileira.

Então, a universidade federal é uma luta que vem de muitos anos. Inclusive, está-se falando muito que o nosso governo federal está contratando muita gente, que está inchando a máquina. Eu quero dizer que quando é para o bem do povo, quando se faz concurso público para o bem da população brasileira, eu não vejo problema.

O governo federal, por exemplo, está contratando pessoas para trabalhar na Caixa Econômica Federal para dar um bom atendimento aos municípios; está contratando pessoas para atender os nossos trabalhadores em novos postos da Previdência Social pelo Brasil afora; está abrindo novas universidades e Cefets - e serão quase 300 até 2010 - para preparar novos profissionais. O Banco do Brasil está operando uma carteira de R\$ 13 bilhões na área do crédito agrícola para a agricultura familiar e para isso precisa ter gente, se não houver funcionários não funciona. Os prefeitos precisam ser bem atendidos na Funasa, que precisa contratar mais pessoas para agilizar os projetos dos municípios.

Quero registrar aqui a presença do prefeito de Saudades, minha terra, que hoje está-nos acompanhando. Obrigado pela presença.

Estive, na semana passada, numa audiência em Brasília, no ministério da Integração Nacional e os prefeitos das cinco associações dos municípios que estavam presentes pediram que os recursos viessem via Caixa Econômica Federal, porque seria mais rápido, pois os prefeitos têm um bom atendimento na CEF. Tudo isso porque foi feito concurso público, assim como foi feito para a Polícia Federal e está aí o serviço, o resultado.

Então, não é questão de inchar a máquina. A questão é que de fato o serviço público tem que funcionar. E na nossa universidade federal não vai ser diferente, porque também na mesorregião da fronteira do Mercosul teremos que contratar pessoas para dar aula, para tocar a universidade.

Sr. presidente, quero voltar a um assunto do qual já tratei no dia de ontem, pois hoje está terminando a mobilização dos agricultores familiares que estão na capital - e os deputados Décio Góes e Padre Pedro Baldissera já trataram desse assunto -, buscando o atendimento à sua reivindicação, ou seja: maior investimento nas políticas públicas para o setor da agricultura familiar, uma vez que o investimento por parte do governo do estado, do governo Luiz Henrique, está muito baixo. Vejam que no Plano Plurianual foi aprovado somente 0,10% do Orçamento para a agricultura.

Mas estivemos, ontem à tarde, acompanhando a audiência com o secretário da Agricultura e, hoje pela manhã, com o

secretário Valdir Cobalchini. O secretário da Agricultura está continuando o processo de diálogo e de negociação e fechamos para quinta-feira que vem, dia 21, uma audiência com o governador. Esperamos que essa audiência de fato produza o resultado esperado. Nós já estamos, há vários anos, num processo de negociação com o governo do estado e pouca coisa avançou. Então, esperamos que a audiência não seja mais uma reunião, mas que seja de fato para atender as reivindicações.

Há um compromisso das secretarias de, durante esta semana, fazer reuniões para discutir a questão. Na Educação, por exemplo, com relação à merenda escolar, os agricultores querem uma alimentação escolar de qualidade que seja fornecida diretamente da propriedade para os nossos jovens e crianças, sem terceirizar nem privatizar, como consta do projeto daquela pasta. Na Agricultura há várias questões importantes: o Troca-Troca; as dívidas que os agricultores têm com o crédito fundiário, com o antigo Banco da Terra, porque elas estão vencendo e o agricultor perdeu a sua safra e precisa da intervenção do estado.

Então, há muitos pontos da pauta que precisam ser discutidos até quinta-feira que vem, e esperamos que o governador venha para essa audiência com respostas concretas. Essa é a expectativa que temos aqui no Parlamento e que os agricultores e suas lideranças têm pelo estado afora.

Quero, mais uma vez, registrar esse momento importante e todo o processo de negociação que está acontecendo em Brasília. Está praticamente acertado que haverá a prorrogação do vencimento de todas as dívidas, para que os agricultores tenham tempo de negociar uma proposta concreta, porque as dívidas estão começando a vencer já no mês de maio. Com essa prorrogação o agricultor poderá negociar com o governo uma anistia, a fim de que fique mais tranquilo na propriedade, no processo de produção, cumprindo o seu papel tão importante.

Por último, consta também da pauta o ponto que consideramos mais importante, que é a compensação ambiental para os agricultores familiares. Os agricultores devem estar voltando hoje para as suas regiões, para os seus municípios, com a expectativa de que nessa audiência do dia 21 o governador do estado de fato anunciará os resultados esperados pela agricultura familiar do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, é o deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, o próximo orador inscrito é o deputado Nilson Gonçalves que, segundo constatamos, também não se encontra em plenário.

Assim, na ausência do deputado Nilson Gonçalves, o próximo orador inscrito é o deputado José Natal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, amigos que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, público presente nas galerias desta Casa, primeiramente, por ter-me inscrito e pelo adiantado da hora da sessão de ontem, que teve um expediente muito extenso, não consegui, realmente, ocupar esta tribuna.

Mas eu quero, no dia de hoje, congratular-me com todos os catarinenses e

com todos os brasileiros, especialmente com os manezinhos da ilha, pelo aniversário da nossa ponte Hercílio Luz, que completou ontem 83 anos. Na minha infância muitas e muitas vezes atravessei do continente para a ilha e vice-versa caminhando. Nos dias de vento sul, nós éramos barrados, muitas vezes, porque a ponte balançava, mas guri novo e teimoso, burlava a vigilância.

Quero dizer com muita alegria que é uma realidade o andamento da restauração da ponte Hercílio Luz em função da determinação e do empenho do governador do estado de Santa Catarina e de todas aquelas cabeças pensantes que compõem o governo, além dos empresários. A conclusão da obra, sua entrega para toda sociedade catarinense, para todo o Brasil, para todos os que para cá vierem, se Deus quiser, está prevista para 2010. A partir daí, então, a ponte Hercílio Luz estará novamente à disposição da sociedade, pois ela é, com certeza, o grande cartão-postal de Santa Catarina.

Srs. deputados, catarinenses, a partir de hoje - e diversos deputados já falam desta tribuna sobre o tema, mas nunca é demais frisar - realiza-se nesta capital o WTTC, e a ponte Hercílio Luz já está na vitrina, pois será admirada por muitos visitantes da área de turismo e hotelaria. O empresariado do mundo que terá a oportunidade de vê-la de perto, já que a conhece somente através de cartões-postais, certamente gostará de admirá-la, principalmente com a nova iluminação.

Quero saudar o governo do estado, que ontem com toda sua equipe inaugurou o novo visual das pontes que fazem a ligação ilha/continente. Isso realmente é motivo de alegria para nós, catarinenses, pois queremos melhorar cada vez mais a nossa infraestrutura.

A ilha de Santa Catarina e grande parte do estado vivem, sim, do turismo. A diversidade de etnias de costumes do nosso estado é muito grande, e para mostrar isso aos catarinenses que não conhecem e a todos aqueles que aqui virão para participar do WTTC foi montada uma estrutura no Centrosul, através de parceria com as prefeituras e com pessoas ligadas à hotelaria. O presidente Jorginho Mello também instalou um estande da Assembleia Legislativa naquele recinto e por isso quero parabenizá-lo, sim, porque muitas pessoas não têm oportunidade de vir a este Parlamento.

Quero aproveitar a oportunidade para convidar toda a sociedade de Santa Catarina, especialmente a comunidade da Grande Florianópolis, que não conhece o nosso estado, para visitar o Centrosul e participar do Festival de Integração Multicultural Catarinense, que começou ontem e irá até as 23h do dia 17 de maio, pois com certeza ficarão admirados com a bela e Santa Catarina de todos os quadrantes. Aproveitem, pois é uma oportunidade ímpar que terão todos aqueles que não conhecem todos os rincões deste estado.

Nessa linha, sr. presidente, quero dizer que me sinto feliz de ser catarinense como toda a minha vida senti-me. O nosso estado realmente se encontra de frente para o mundo e tem belezas para mostrar a todos. Muitos estados gostariam de ter essa oportunidade que Luiz Henrique, Leonel Pavan e toda a equipe de governo propiciaram aos brasileiros e a todos aqueles que vieram de outros países. E vamos receber muita gente!

Mas quero também registrar que o governo Lula novamente irá praticar uma ação que não é aquela que a sociedade brasileira queria e muito menos esperava do governo e de sua equipe, ou seja, a mudança na poupança. A poupança sempre foi o alicerce, o

suporte da reserva cambial brasileira, e ao proceder dessa forma, com certeza absoluta, para colocar dinheiro no mercado, na crise mundial, o governo Lula está agindo erroneamente.

Então, não vou deixar como protesto, mas como advertência esta minha fala, no sentido de que o governo do PT está trilhando um caminho a respeito do qual o partido sempre se manifestou contrário em todos os governos, ou seja, o caminho da mudança no dinheiro do contribuinte, na poupança do cidadão brasileiro. Há muitos e muitos aposentados neste país alicerçados financeiramente na poupança porque souberam guardar o seu dinheirinho. Mas agora o governo vai tributar a poupança.

Então, fica aqui o meu alerta, o meu repúdio ao governo federal.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Natal.

Ainda temos inscritos o deputado Valmir Comin e o deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de anunciar a todos os catarinenses a presença, nesta Casa, de um grupo de idosos do município de Canoinhas, desejando-lhes uma feliz estada na cidade de Florianópolis.

Também gostaria de cumprimentar o prefeito Leoberto Weinert, que está presente hoje fazendo as honras da Casa. Um grande abraço a todos os canoenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. Feito o registro, desejamos que o prefeito se sinta em casa, como também os idosos.

Agradeço a compreensão do deputado Décio Góes, a quem concedemos agora a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero hoje fazer, neste primeiro momento, uma homenagem aos companheiros engenheiros agrimensores de Criciúma, da região sul e do estado de Santa Catarina, que há 25 fundaram a Associação Catarinense de Engenheiros Agrimensores, a Aceag, uma entidade que eu vi nascer como presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos e com a qual firmamos parceria desde o início e acompanhamos durante todo esse tempo.

A Aceag atua em muita sintonia também com o Curso de Engenharia e Agrimensura da Universidade do Extremo Sul Catarinense, a Unesc, a nossa universidade do sul do estado, e tem promovido um trabalho muito intenso, com a formação continuada dos profissionais da Engenharia de Agrimensura; com estudos científicos e seminários; com vários cursos e eventos.

Vários profissionais da região atuam nessa universidade através de estudos científicos que divulgam pelo estado, pelo país e que são reconhecidos, inclusive, no exterior. Então, está sendo feito um trabalho incansável e muito importante para a região, para a categoria dos engenheiros agrimensores, cuja associação completará 25 anos amanhã, dia 15 de maio de 2009.

Então, a minha homenagem ao primeiro presidente da Aceag, que concretizou todos os anseios da época; e a minha

homenagem ao atual presidente Paulo Fernando Squizzatto, em nome de quem cumprimento toda a diretoria.

Como disse, deputado Reno Caramori, é uma entidade que eu vi nascer e por isso sei do seu trabalho, do seu compromisso com a evolução tecnológica na área da engenharia de agrimensura, o que fez com que o curso de Criciúma seja um dos mais reconhecidos do país na área.

Mas, srs. deputados, hoje o assunto nesta Casa é o WTTC. Não temos como escapar muito dele porque é importante mesmo, é uma iniciativa válida, que projeta Florianópolis e Santa Catarina para o Brasil e para o mundo. Não tenho dúvida de que Santa Catarina tem muitas belezas naturais e que por isso tem condições de se projetar.

Entendo que temos que fazer todo um movimento em busca de um turismo de qualidade e de eventos que nos ajudem na consolidação da atividade. Também entendo que o WTTC pode e deve atrair investimentos, talvez não com a rapidez com que os organizadores estejam imaginando, mas ao longo dos anos isso poderá ocorrer.

Então, eu considero esse evento muito interessante e importante. Como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente participei da abertura, hoje à noite, e vou procurar amanhã, durante o dia, participar das palestras e do debate, entendendo a importância do evento.

Claro que questiono o alto custo do evento, mas entendo que são custos valiosos e importantes, dadas as necessidades de Santa Catarina e a necessidade de preparar melhor a cidade e o estado com profissionalização, com cursos técnicos de gastronomia, por exemplo, com capacitação da mão-de-obra para toda a cadeia produtiva, com incentivo às várias formas de turismo, desde o turismo rural ao turismo mais sofisticado que possa existir.

Então, Santa Catarina tem muitas potencialidades nessa área, e eu não tenho dúvida alguma de que o turismo em nosso estado vai ser uma das maiores fontes de receita, já que é uma das maiores potencialidades econômicas. Mas não compreendo muito por que, deputado Reno Caramori, não estamos movimentando-nos tanto para que a Copa do Mundo de 2014 venha para cá. Ganhamos um segundo tempo, porque o prazo deveria ter sido definido em março e foi transferido para o final de maio, início de junho. Acho que a sociedade de Florianópolis, da região e do sul do estado não compreende a importância da realização desse evento aqui, que em termos de recursos públicos custaria o mesmo que o WTTC; a sociedade catarinense não compreendeu o reflexo que poderá acontecer num raio de 300km em relação à infraestrutura, que melhoraria muito.

Eu entendo que não foi dada a devida importância a isso. Penso que a sociedade como um todo não se engajou perfeitamente na busca de ser uma das sedes da Copa de 2014. Entretanto, ainda há tempo.

Eu, como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, noto que cada vez mais o turismo está ligado ao meio ambiente saudável, cada vez mais cresce essa sintonia fina entre turismo e meio ambiente; cada vez mais cresce a importância de criarmos em Santa Catarina e em todos os pontos turísticos a ideia de sustentabilidade, a ideia de uma economia sustentável, respeitando o meio ambiente, respeitando as diversas facetas ambientais. Então, a sustentabilidade é extremamente importante.

O governador do estado deseja atrair investimentos, mas não temos a segurança

jurídica adequada porque afrouxamos o Código Ambiental e não criamos o Plano de Gerenciamento Costeiro para definir a devida compensação para quem quiser construir marinas, para quem quiser construir hotéis na beira do mar! Para isso temos que ter um marco jurídico, temos que ter um Plano de Gerenciamento Costeiro. Nós não temos um levantamento econômico ecológico para dizer onde se pode fazer isso e aquilo, em qual lugar compensa fazer. Como no resto do mundo, esses investidores que vêm para cá querem segurança jurídica, mas para isso é necessário que haja um Plano de Gerenciamento Costeiro, um levantamento florístico-florestal e um levantamento ecológico-econômico. E todos esses instrumentos é que vão dar a devida segurança jurídica para que esses convidados venham e façam seus investimentos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não, deputado Reno Caramori!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Décio Góes, v.exa., que é um grande conhecedor da área do turismo, sabe que nós, que também fazemos parte, profissionalmente, dessa área, temos analisado muito essa questão. A comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano tem debatido bastante essa questão, só que agora tem cessado um pouquinho porque tem percebido que há muitas deficiências na nossa ilha, na nossa capital. Tanto é que o *Diário Catarinense* elencou seis deficiências e entre elas estão a falta de hotéis, que é um problema sério, e a falta de marinas adequadas, que nos permitam competir com outros estados que detêm uma oferta maior do que a nossa.

Eu acho que Santa Catarina tem que pensar nas seis deficiências elencadas por essa equipe que fez a vistoria em Florianópolis, para que possamos trabalhar em cima disso e realmente equipar a nossa grande e querida capital, a fim de que ela tenha condições de receber eventos, senão tudo se restringirá à improvisação.

Nós precisamos fazer com que a nossa ilha receba turistas no inverno, no outono, na primavera e no verão. Hoje, nós estamos restritos a receber turistas somente durante quatro meses, pois o resto do ano nós atropelamos o nosso turismo. Por isso temos que atrair essa gente durante o ano todo, não só a capital, como toda Santa Catarina, através daquilo que podemos oferecer. E para isso é importante o estado se equipar.

Como v.exa. disse, ninguém mais fala sobre a Copa do Mundo. Será que temos condições de, até lá, preparar Santa Catarina para receber uma Copa do Mundo? Nós precisamos pensar nisso realmente! Eu acho que é muito importante que as autoridades...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, com a compreensão do deputado Joares Ponticelli, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero apenas concluir o meu pensamento.

Nós achamos importante que sejam feitos esses eventos na nossa capital, como o WTTC, mas precisamos de resolutividade para

esse debate que acontece, que levanta as potencialidades, deputado Joares Ponticelli, do estado de Santa Catarina; a resolutividade é importante para concluirmos os projetos que devem de ser feitos. E já há lei para isso, o Plano de Gerenciamento Costeiro, o Plano de Recursos Hídricos e o Levantamento Ecológico-ambiental.

Então, esses projetos precisam ser feitos rapidamente e o total deles dá o mesmo resultado de um evento desses. Quem sabe não tenhamos que sacrificar um evento desses para elaborar esses planos e depois retomar os eventos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados Reno Caramori e Décio Góes e catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, eu penso que esse tipo de evento é importante, sim, projeta o estado, projeta o nosso potencial, mas há uma falta de sincronia, há uma falta de preocupação com coisas que o governo considera menores, que podem jogar por terra todo esse megainvestimento.

Há que enaltecer o esforço do governador Luiz Henrique da Silveira para trazer esse evento para Santa Catarina. Quanto a isso, ele tem o nosso reconhecimento. É um evento de importância, é um evento de destaque, é um evento que projeta o nosso estado. Agora, é preciso também ter clareza do custo disso; é preciso que seja muito transparente, pois a sociedade precisa saber quanto ele custou, quem levou e como é que foi feita a contratação, porque se fala em R\$ 10 milhões, R\$ 12 milhões e até R\$ 20 milhões.

Ontem, um amigo me chamava à atenção ao passar pela avenida Beira-Mar Norte, deputado Elizeu Mattos. Dizia esse meu amigo que a avenida Beira-Mar Norte mais parece uma camisa de jeca em festa caipira, cheia de remendos, sem pintura, sem sinalização, placa torta, caindo. Esse mesmo cidadão me ligou informando que a SC-401 está com as placas penduradas, *guard rail* torto, sem pintura, sem sinalização. Qual a impressão que um megainvestidor desses vai levar da cidade que sedia um evento de repercussão internacional?

Qual é a ação para resolver o problema da greve do transporte coletivo, que pode explodir a qualquer momento? Aliás, ontem à noite, deputados Reno Caramori, Décio Góes, Moacir Sopelsa e Elizeu Mattos, a assembleia dos motoristas e cobradores mereceu o nosso aplauso pelo bom senso.

Eu ouvi, pela CBN Diário, os bastidores dos motoristas e cobradores chegando. Havia uma quase unanimidade quando chegaram ao evento dizendo que iria haver greve. Mas depois a decisão foi dar mais um tempo para a prefeitura e para os patrões.

Essa foi uma atitude de bom senso, temos que reconhecer. V.Exas. já imaginaram se na véspera desse evento de repercussão nacional tivesse acontecido uma greve aqui?! Já pensaram qual seria a imagem que se levaria daqui pelo fato de estarmos com uma greve no transporte coletivo da capital?

O Sindicato dos Trabalhadores está há mais de uma semana anunciando: "Resolvam o nosso prazo, mandem uma proposta por escrito, senão nós vamos parar! Não venham depois acusar os trabalhadores de não terem bom senso e fazer a greve agora."

São essas coisas que precisamos questionar. Fazer um evento dessa magnitude é importante, mas a que custo? E não pode ser no mesmo dia em que o jornal *A Notícia*, na véspera do evento, publica a seguinte notícia: "Vigilância sanitária fecha a Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra." Ela foi interditada pela terceira vez neste ano e não há previsão para ser reaberta. Sabem onde fica? Em Joinville. São 943 alunos prejudicados pela interdição da escola pela terceira vez neste ano, sem previsão de reabrir.

Quando um megainvestidor de turismo desses ler uma notícia dessas, qual é a impressão que levará de Santa Catarina para o primeiro mundo? Um estado que não cuida nem da escola lá na cidade do governador! Que estado é esse? Que prioridade é essa? Ou, o que é pior, deputado Reno Caramori, notícia-se que o governador Luiz Henrique da Silveira, para aparecer nas revistas de circulação nacional e internacional, pagou para compor a mesa do 8º Fórum Empresarial de Comandatuba a bagatela de R\$ 521,6 mil! Meio milhão de reais foi o preço da vaidade do governador para aparecer, na fotografia, na mesa do 8º Fórum Empresarial de Comandatuba! Sabem para quem ele pagou? Para a empresa do realizador do evento, João Dória Júnior, sem licitação. Repito, pagou R\$ 521,6 mil, sem licitação, para participar 8º Fórum Empresarial de Comandatuba, de 18 a 21 de abril. Não são R\$ 51 mil, são R\$ 521 mil para aparecer no evento, deputado Reno Caramori! Enquanto isso, um delegado de polícia, com 15 anos de carreira, ganha R\$ 4 mil! Enquanto isso, um professor não recebe o piso nacional do Magistério - somos um dos cinco estados do Brasil que não pagam! Enquanto isso, os policiais civis e militares esperam há cinco anos pelo pagamento da Lei Complementar n. 254!

E a vaidade do governador, para sentar numa mesa de honra, para aparecer na revista *Caras*, custa R\$ 521 mil, meio milhão de reais! Este valor daria para pagar o piso nacional do magistério para quantos professores? Para quantos policiais daria para pagar a Lei Complementar n. 254?

Este governo perdeu o norte, este governo perdeu o rumo! É um governo - e o *Diário Catarinense* trouxe, nesta semana, isso que não é novidade - campeão nacional de secretarias que não funcionam. E quem disse aqui, hoje, que elas não funcionam não foram mais os linguarudos da Oposição, deputado Décio Góes, mas um deputado da base do governo. Não foram os linguarudos do PT e do PP que disseram que as SDRs não funcionam. Foi o deputado Nilson Gonçalves que disse há pouco, nesta Casa, que isso não funciona, que isso é uma máquina eleitoreira, que isso é uma fábrica de candidatos e de votos, que isso serve para pagar bons salários.

Mas podem fechar todas que o povo não vai sentir falta! Algumas funcionaram, sim, no começo, deputado Elizeu Mattos, e tenho depoimentos de gente nossa da serra. E v.ex.a. foi um dos poucos que fizeram acontecer, especialmente na área da educação. Algumas outras ações, deputado Moacir Sopelsa, isoladamente aconteceram. Mas, na mídia, esse negócio tem que ser reavaliado.

Os Conselhos de Desenvolvimento Regional são um bom instrumento, mas aprovam tudo e não fazem nada! Lá em Tubarão, deputado Moacir Sopelsa, há dois anos e meio foi marcada a data para iniciar a arena multiuso, isso está na ata do conselho, e ainda não aconteceu.

Por isso está chegando, com o nosso esforço, deputado Reno Caramori, um novo tempo para Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu não ia fazer uso da palavra nesta manhã porque estou acompanhando a visita a esta Casa do presidente da Câmara Municipal de Lages, que já esteve com o presidente deste Poder, conheceu a estrutura da Assembleia e da Escola do Legislativo - inclusive já estive com o deputado Joares Ponticelli para levar a experiência da Escola do Legislativo para a Câmara Municipal de Lages -, e agora está conhecendo a estrutura da TVAL.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Rapidamente, deputado Elizeu Mattos, quero dizer que é a serra saindo na frente sempre. Nós já temos, hoje, Escolas do Legislativo em todas as Assembleias do Brasil, na maioria das Câmaras Municipais de capitais, mas nas Câmaras de Vereadores do interior são poucas ações ainda. E o nosso presidente da Câmara Municipal de Lages, juntamente com a sua equipe, recepcionados por v.ex.a., está dando essa demonstração do comprometimento com aquilo que a Constituição prevê - quem manda fazer escola é a Constituição -, com esse compromisso de mostrar como as coisas se processam dentro do Poder Legislativo Municipal, qual a importância, qual o seu papel.

Por isso, o presidente, vereador Romeu Rodrigo da Costa Silva, terá o apoio da Escola do Legislativo e, conforme o presidente desta Assembleia, deputado Jorginho Mello, e v.ex.a. já anunciaram, também o apoio da Assembleia para que possamos interagir, articular-nos e celebrar boas parcerias.

Obrigado pela oportunidade do aparte. E registro também a presença do vereador João Antônio Amin, que prestigia a nossa sessão no dia de hoje.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Na verdade, deputado Joares Ponticelli, é vontade da Câmara Municipal de Lages dar maior transparência aos trabalhos, ficar mais próxima do cidadão. A vontade do vereador Romeu Rodrigo, sr. presidente, é a transparência, que a TV Câmara possa transmitir as sessões ao vivo, reprisando, passando os assuntos da Câmara Municipal de Lages.

Ontem o vereador Romeu Rodrigo inaugurou, na Câmara Municipal de Lages, a rádio digital, como temos aqui na Casa, fruto da vontade de fazer o Legislativo mais presente, mais próximo da população.

Eu cumprimento o vereador Romeu Rodrigo da Costa Silva pelo belo trabalho que tem feito à frente da nossa Câmara Municipal.

Mas eu ouvi o deputado Joares Ponticelli da tribuna, no final da sessão - e quem está em casa também deve ter escutado -, elogiar o governador. Eu até quero agradecer o elogio feito ao governador Luiz Henrique, porque se hoje tem início o maior encontro de turismo do mundo - e até há o reconhecimento da Oposição -, isso se deve a Luiz Henrique. Se não fosse o nosso governador, o mundo, hoje, não estaria conhecendo Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa! Se o mundo está conhecendo este estado - e talvez nem soubesse que ele existia -, é graças a Luiz Henrique.

O deputado Joares Ponticelli falou que o governo está gastando para fazer o evento, mas não é verdade! O governo está

fazendo um grande investimento. Não conseguiríamos fazer o cálculo do retorno que esse evento dará para Santa Catarina. Se fôssemos pagar só a mídia internacional que está mostrando Santa Catarina e Florianópolis para o mundo, com certeza a arrecadação de um mês do estado não pagaria essa mídia espontânea que estamos tendo em todo o mundo. As pessoas mais importantes do mundo do turismo vão estar em Florianópolis. Por quê? Porque houve empenho do governador Luiz Henrique em trazer esse evento para cá. É um grande investimento!

Eu quero aqui registrar aos telespectadores que nos estão assistindo em casa que há o reconhecimento do empenho e da grandeza de Luiz Henrique por trazer esse evento para Santa Catarina.

Mas daí falam que se gastou muito. Mas se não gastar, se não investir, não há retorno! Se não correr atrás, se não viajar, as coisas não acontecem, deputado Moacir Sopelsa!

Dias atrás todos discursavam dizendo que o governo federal irá mandar R\$ 6 milhões para a enchente. Mas talvez tenhamos esquecido de falar que pela amizade e pelas viagens que o governador Luiz Henrique empreendeu, deputado Moacir Sopelsa, um *sheik* árabe amigo do governador fez uma doação de R\$ 11 milhões para ajudar os atingidos pelas enchentes que aconteceram no vale de Itajaí. Repito, um *sheik*, pelas viagens que o governador fez, doou R\$ 11 milhões, sem muita burocracia, para atender os desabrigados. E ontem 20 crianças atingidas pela catástrofe que aconteceu no vale de Itajaí, a convite desse mesmo *sheik*, foram conhecer a Arábia. Elas viajaram custeadas por esse mesmo *sheik* que fez a doação porque é amigo do governador Luiz Henrique. Acho que tem que haver esse reconhecimento. Nós temos que reconhecer o esforço do governador. Ninguém vende este estado tão bem quanto Luiz Henrique.

Eu sempre falo aqui, deputado Moacir Sopelsa, que conheço muita gente que gosta de Santa Catarina, mas que eu não conheço ninguém que goste mais do nosso estado do que Luiz Henrique da Silveira, o nosso governador. E isso é bom registrar! Eu não conheço ninguém que goste tanto deste chão como o governador gosta! E ele tem-se empenhado na descentralização.

É lógico que o papel da Oposição é criticar a descentralização, mas todos sabem qual foi o resultado que ela deu nas urnas. E ninguém mais sábio do que o povo lá no interior do nosso estado, deputado Moacir Sopelsa, para dizer! Lá ele se manifesta secretamente; lá ninguém sabe quem está se manifestando! E o povo se manifestou, tanto que foi um banho nas urnas em cima da descentralização.

O papel da Oposição é o de confundir, sim, de dizer que ela não está acontecendo. Mas é visível que está acontecendo, tanto que alguns estão com medo de que Luiz Henrique seja candidato ao Senado e faça um caminhão de votos. Se acham que está tão ruim, porque estão com medo de que ele seja candidato ao Senado e faça um caminhão de votos? É porque está bem, e todos sabem disso. Se ele for candidato ao Senado, nós sabemos qual será o resultado. Por quê? Porque o governo está bem, fazendo obras em todos os cantos. Só não vê quem não quer! Nós viajamos pelo interior e vemos que as pessoas estão agradecidas. Todos querem o governador no seu município.

Há pouco estava com os prefeitos de Capão Alto e Cerro Negro, que me pediram mais uma visita do governador município - porque o governador já foi quatro vezes nesses

municípios. Se o governador não estivesse bem, se as ações não estivessem acontecendo, ninguém pediria a sua presença. Se fosse uma pessoa não desejada, ninguém pediria para ele ir ao seu município. Se ele é uma pessoa desejada e se o querem lá, é porque está realizando obras.

Eu quero, para encerrar o meu pronunciamento nesta manhã de quinta-feira, falar a verdade aos catarinenses: Luiz Henrique está fazendo um grande evento, levando Florianópolis, Santa Catarina e o Brasil para o mundo! Há muita gente que não conhece nem o Brasil, imaginem Santa Catarina! E a partir de hoje Santa Catarina, graças à ação forte do governador do estado, passa a ser conhecida mundialmente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 41ª Sessão Ordinária do dia 19 de maio de 2009:

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s: 0018/2009,

0132/2008, 0289/2008, 0314/2008, 0359/2008, 0360/2008, 0545/2007;

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução n. 0013/2007;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0034/2009, 0038/2009, 0040/2009, 0229/2009;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0345/2008 e 0428/2007.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, solene, para sábado, dia 16 de maio, às 20h, em Itaiópolis, em comemoração ao Dia Estadual da Imigração Polonesa.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 015-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

PRORROGA por mais 15 dias, o prazo da licença concedida ao Senhor Deputado Julio Garcia, através do Ato da Presidência n. 007-DL/09 e prorrogada pelo Ato da Presidência n. 014-DL/09, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de maio de 2009.

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: José Natal Pereira, Renato Hinnig, Manoel Mota, Darci de Matos, Silvio Dreveck, Décio Góes, Kennedy Nunes e a deputada Profª Odete de Jesus. Ato continuum, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 9ª reunião ordinária, em votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Marcos Vieira passou a palavra para o deputado José Natal Pereira, que alegou nada a relatar. O deputado Renato Hinnig relatou o OF./0008.5/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade após a vinda do Secretário de Estado da Fazenda Senhor Antonio Marcos Gavazzoni. Entregou a seus pares o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para conhecimento dos parlamentares, PL./0106.0/2009; o cronograma para a tramitação da matéria terá que ser reavaliado, porque o calendário proposto não contempla os prazos regimentais necessários à apresentação de emendas e do parecer final. O período de recesso parlamentar e o prazo de realização das Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado ficou para ser votado na próxima reunião ordinária, após estudo dos deputados. Com a palavra, o deputado Manoel Mota comentou estar com a pauta limpa, o deputado Darci de Matos relatou o voto vista ao PL./0080.6/2009, seu voto foi favorável ao voto do relator com emenda modificativa de sua autoria. O deputado Silvio Dreveck passou a relatar o mesmo PL/0080.6/2009, o voto vista foi pelo diligenciamento ao Governo do Estado, segundo o deputado, o projeto propõe a injeção de recursos por conta do excesso de arrecadação, o que lhe causa estranheza, pois o divulgado pela imprensa está sempre com índices negativos. Solicitou a palavra o deputado Kennedy Nunes, que se diz solidário ao voto vista do deputado Silvio Dreveck, pois cabe ao Poder Legislativo a fiscalização dos atos do Executivo e só com o diligenciamento, conseguiremos uma resposta através de algum documento, comprovando o excesso de arrecadação alegado na justificativa do projeto, para solicitar a abertura de crédito especial, o deputado Décio Góes absteve-se de votar. Com a palavra, o Presidente colocou em votação seu relatório do mesmo

projeto, que foi aprovado por maioria. Seguindo, o deputado Kennedy Nunes relatou o OF./0361.8/2008, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, também solicitou vista em gabinete ao PL./0054.4/2009, que estava com vista para o deputado Reno Caramori. O Presidente relatou a MPV/00149/2009, o relatório foi pela aprovação, com conversão da Medida Provisória em Lei, elaborado pelo voto vista do deputado Silvio Dreveck. Não mais havendo matéria a ser relatada, o Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em treze de maio do ano de dois mil e nove.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia 05 de maio de dois mil e nove, sob a presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Quinta Reunião Ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Manoel Mota, José Cardoso (Cardozinho), Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Jeancarlo Tomelin, Dirceu Dresch e Elizeu Mattos. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. O Deputado Joares Ponticelli registrou a presença do Sr. Deputado José Cardozo (Cardozinho) dando-lhe as boas vindas em nome da Comissão, o quê foi ratificado pelo Senhor Presidente Deputado Manoel Mota. Houve também, na ocasião, a manifestação do Deputado Dirceu Dresch referente a audiência pública da FUCAS - CASAN, salientando que as conversações tiveram resultados proveitosos. Ainda o Deputado Dirceu Dresch pediu Vista em Mesa aos PLs n. 0047.5/2009 e 0053.3/2009, contudo, concordou com os pareceres e devolveu-os a presidência para discussão e votação. Ato contínuo, o presidente colocou em discussão e votação os Ofícios nºs 0034.7/2009, 0041.6/2009, 0043.8/2009, 0047.1/2009, 0048.2/2009, 0060.9/2009, 0061.0/2009, 0062.0/2009, 0067.5/2009, 0164.5/2008, 0203.6/2008, 0274.0/2008, 0288.5/2008, 0383.3/2008,

0391.3/2008, 0403.1/2008 e os Projetos de Lei nºs 0046.4/2009, 0047.5/2009, 0053.3/2009, 0064.6/2008, 0067.9/2009, 0075.9/2009, 0076.0/2009, 0087.2/2009, 0343.0/2008 e o PCL/0017.5/2009, este como emenda modificativa, todos com pareceres pela aprovação, os quais foram aprovados por unanimidade. Ainda, Senhor Presidente colocou em discussão e votação os Ofícios 0003.0/2009, 0050.7/2009, 0120.4/2008, bem como PL/0295.8/2008 com pareceres pelo diligenciamento, onde também tiveram aprovação por unanimidade. Finalmente o Senhor Presidente procedeu a leitura do Ofício n. 96/2009, encaminhando a Moção de Apelo n. 06/2009, da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, momento em que o Deputado Elizeu Mattos solicitou a palavra e pediu que fosse realizada juntamente com a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, audiência pública, a fim de discutir sobre o salário mínimo regional. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Clarice Rosa Kuhl, Chefe de Secretaria, em exercício, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Manoel Mota
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2009

OBJETO: REFORMA PARA REAMBIENTAÇÃO E READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DA BIBLIOTECA E DO RESTAURANTE RESERVADO AOS DEPUTADOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA.

DATA: 28/05/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de maio de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 14 de maio de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 748, de 14/04/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 012/2009, referente à instalação de 150 pontos de TV por assinatura (TV a Cabo), incluindo a manutenção, cabeamento, acessórios, decoders digitais e demais materiais necessários a execução do serviço, **RESTOU DESERTO**. Florianópolis, 14 de maio de 2009.

VALTER EUCLIDES DAMASCO

Pregoeiro

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 896, de 18 de maio 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GIOVANNA MARIA POETA GRAZZIOTIN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário

Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Pedro Uczai).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 897, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROBERTO ELIAS DAL'PONT**, matrícula nº 5845, do cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 14 de maio de 2009 (1ª Secretaria).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 898, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **WALTER SALVADOR**, matrícula nº 5893, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputada Professora Odete de Jesus).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 899, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **WALTER SALVADOR**, matrícula nº 5893 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputada Professora Odete de Jesus).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 900, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JAISON JARBAS SILVEIRA**, matrícula nº 4821, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputada Professora Odete de Jesus).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 901, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **JAISON JARBAS SILVEIRA**, matrícula nº 4821 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputada Professora Odete de Jesus).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 902, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CARLOS EDUARDO DE SOUZA**, matrícula nº 3809, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de maio de 2009 (Deputado Pedro Uczai).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 903, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JAQUES ANTONIO DE TOLEDO**, matrícula nº 5965, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de maio de 2009 (Deputado Pedro Uczai).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 904, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JAQUES ANTONIO DE TOLEDO, matrícula nº 5965 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de maio de 2009 (Deputado Pedro Uczai).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 905, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VANDUIR MATIAS DETERS**, matrícula nº 5907, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de maio de 2009 (Deputado Pedro Uczai).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 906, de 19/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VANDUIR MATIAS DETERS, matrícula nº 5907 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de maio de 2009 (Deputado Pedro Uczai).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 022/09

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011, constante do Anexo Único da Lei nº 14.359, de 21 de janeiro de 2008, revisada pela Lei nº 14.647, de 09 de janeiro de 2009, conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**ANEXO ÚNICO
PLANO PLURIANUAL 2008-2011
PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA**

PROGRAMA SUBAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR EM R\$ 1,00
0130 CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA				
007070 - Execução de Obras de Interesse da Defesa Civil	unidade	1.000	OF	359.550.010
0510 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL				
010049 - Apoio ao Abrigamento e à Rede Sócio-assistencial Municípios Atingidos por Desastres - SST	município	70	OF	7.000.000
0540 NOVA CASA				
010050 - Construção ou Reconstrução de Habitações para Atingidos por Desastres Naturais - Cohab	unidade	6.000	OF	60.000.000
0730 PREVENÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO E SALVAMENTO				
006330 - Socorro, Assistência, Reabilitação e Reconstrução à Comunidade afetada por Desastre	município	293	OF	65.146.556
010047 - Aquisição de Equipamento para Meteorologia - Epagri	equipamento	1	OF	10.000.000
0900 GESTÃO ADMINISTRATIVA - PODER EXECUTIVO				
010048 - Recuperação e Reconstrução do Patrimônio Público - SEA	unidade	100	OF	24.500.000
0120 INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA				
006586 - Estudo Viabilidade Rodovia 280 - SC Parcerias	unidade	1	OF	3.000.000
006589 - Estudo Viabilidade Rodovia Interpárias - SC Parcerias	unidade	1	OF	3.000.000
009507 - Estudo Viabilidade do Acesso Rodoviário em Criciúma - SC Parcerias	unidade	1	OF	5.000.000
010044 - Aquisição de Imóvel - SC Parcerias	imóvel	1	OF	3.000.000
010051 - Implantação da Rodovia 280 - SC Parcerias	km	33	OF	17.650.000
010052 - Implantação da Rodovia Interpárias - SC Parcerias	km	134	OF	42.650.000
010053 - Implantação do Acesso Rodoviário em Criciúma - SC Parcerias	km	11	OF	86.500.000
010057 - Logística de Transporte Aeroviário - SC Parcerias	unidade	1	OF	47.000.000
0360 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO				
009928 - Estudo de Saneamento da Lagoa da Conceição - SC Parcerias	unidade	1	OF	5.000.000
010056 - Implantação de Saneamento da Lagoa da Conceição - SC Parcerias	obra	1	OF	18.500.000
0710 MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA				
009490 - Elaboração do Projeto Básico de Nova Penitenciária	unidade	1	OF	2.000.000
010054 - Implantação de Nova Penitenciária - SC Parcerias	unidade	1	OF	50.000.000

0900 GESTÃO ADMINISTRATIVA - PODER EXECUTIVO				
009512 - Estudos para Ampliação do Centro Administrativo - SC Parcerias	unidade	1	OF	3.001.000
010055 - Ampliação do Centro Administrativo - SC Parcerias	m2	170.000	OF	30.000.000
0220 GOVERNANÇA ELETRÔNICA				
006575 - Aquisição de Hardware e Equip de Infra-estrutura de TIC - PC	hardware	2.550	OGE	8.172.010
0710 MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA				
006459 - Aquisição de Materiais e Equipamentos para as Atividades da SSP	equipamento	12.000	OGE	26.330.375
006542 - Renovação, Ampliação e Adequação da Frota - SSP	veículo	172	OGE	47.020.250
006658 - Aquisição de Materiais e Equipamentos para as Atividades da Polícia Civil - PC	equipamento	2.400	OGE	26.200.000
008411 - Reforma e Ampliação das Unidades da Polícia Civil - PC	obra	313	OGE	7.250.000
			OF	5.000.000
009043 - Construção de Unidades do DEAP-DEJUC - SSP	obra	18	OGE	65.960.125
0740 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL				
008444 - Construção de Estabelecimento Penal	unidade	20	OGE	36.142.837
			OF	87.662.312
0530 PRÓ-EMPREGO E RENDA				
009117 - Inserção Social da Juventude - SST	unidade	4.000	OGE	3.960.000

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 045/09

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação de Cultura Franco-Brasileira - Aliança Francesa, no Município de Florianópolis, pelo prazo de trinta anos, o uso gratuito de parte do imóvel constituído por uma área com três mil, quinhentos e noventa e seis metros e trinta e oito decímetros quadrados, matriculado sob o nº 4.830 e nº 10.640 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01391 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina o inciso I, parágrafo único, do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a licitação para a concessão de uso de que trata esta Lei, por ser a entidade concessionária de caráter cultural, declarada de utilidade pública pela Lei municipal nº 1.732, de 16 de junho de 1980, alterada pela Lei nº 2.253, de 03 de junho de 1985.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade viabilizar a construção de um centro cultural e de ensino.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Lei nº 13.853, de 21 de novembro de 2006.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 046/09

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Conselho Comunitário do Saco dos Limões, no Município de Florianópolis, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito do imóvel onde se encontra instalado o Centro Social Urbano Dom Joaquim Domingues de Oliveira, matriculado sob o nº 2.482 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 00952 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo a regularização da ocupação do imóvel, proporcionando ao Conselho Comunitário do Saco dos Limões a continuidade de suas ações comunitárias.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao concessionário, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, serão de responsabilidade do concessionário.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

II - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 047/09

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, por intermédio do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, ao Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina, no Município de Florianópolis, pelo prazo de vinte anos, o uso gratuito de quinze mil metros quadrados, parte do imóvel matriculado sob o nº 6.154 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01386 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a licitação para concessão de uso de que trata esta Lei, por ser a entidade concessionária constituída com fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.711, de 30 de agosto de 1989.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade permitir que a entidade construa um complexo maçônico.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o DEINFRA a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do DEINFRA, sem direito de indenização ao concessionário, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular do Departamento Estadual de Infra-Estrutura e da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 053/09

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Mondai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Mondai o terreno com 1.756m² (um mil e setecentos e cinquenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 6.912 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mondai e cadastrado sob o código 10086 no Relatório do Balanço Patrimonial do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação, formalizada pelo Decreto nº 1.234, de 30 de dezembro de 1987, e por ter deixado de atender a finalidade de sua aquisição, fica desafetado da destinação originária.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 058/09

Autoriza a doação de imóvel no Município de Alfredo Wagner.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Alfredo Wagner uma área de terras contendo quatrocentos e quarenta metros e setenta e cinco decímetros quadrados, parte de uma área maior a ser desmembrada, onde se encontra instalada a EEB. Silva Jardim, matriculada sob o nº 4.939 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bom Retiro e cadastrada sob o nº 03361 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade regularizar a atual ocupação do imóvel, onde se encontra instalada a Secretaria Municipal de Educação de Alfredo Wagner.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 075/09

Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Fortaleza Alta, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Fortaleza Alta, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 076/09

Declara de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaguaruna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaguaruna, com sede no Município de Jaguaruna.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 087/09

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Musicarte Lazer, com sede no Município de Saudades.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Musicarte Lazer, com sede no Município de Saudades.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 115/09

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 9.948, de 1995, que declara de utilidade pública o Instituto de Divulgação Espírita de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 9.948, de 20 de outubro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Complexo Assistencial Lar Espírita Maria de Nazareth, com sede no Município de Araquari.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Complexo Assistencial Lar Espírita Maria de Nazareth, com sede no Município de Araquari." (NR)

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 017/09

Dispõe sobre a gratificação dos cargos que menciona e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade de Controle Interno aos servidores ocupantes dos cargos de Auditor Interno do Poder Executivo e de Contador da Fazenda Estadual lotados na Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. O valor da Gratificação ora instituído será apurado mediante a multiplicação dos índices constantes nos Anexos I e II desta Lei Complementar pelo valor do vencimento básico do nível I, referência A, de cada cargo da respectiva carreira, vigente na data da publicação da presente Lei Complementar.

Art. 2º Fica mantida a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável percebida pelos servidores efetivos em exercício, na data de 27 de dezembro de 2006, no órgão referido no art. 4º do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 3.874, de 28 de dezembro de 2005, em razão das atividades específicas a eles inerentes.

Art. 3º Sobre a Gratificação e a Vantagem previstas nos arts. 1º e 2º desta Lei Complementar incidirão o Adicional por Tempo de Serviço e a contribuição previdenciária.

Art. 4º Ficam convalidados os pagamentos efetuados com fundamento no Decreto nº 867, de 09 de maio de 1996, e suas respectivas alterações.

Art. 5º A Lei nº 14.507, de 15 de agosto de 2008, fica acrescida do art. 33-C, com a seguinte redação:

"Art. 33 -C. Fica autorizada a instituição da Gratificação de Atividade de Controle Interno aos servidores ocupantes dos cargos de Auditor Interno do Poder Executivo e de Contador da Fazenda Estadual, em substituição à Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 85, inciso VIII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985."

Art. 6º Ficam excluídos o item 9 do Anexo II - B, o item 18 do Anexo II - E e o item 26 do Anexo II - F da Lei Complementar nº 352, de 25 de abril de 2006.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogado o art. 4º da Lei Complementar nº 369, de 27 de dezembro de 2006.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

TABELA DE ÍNDICES

CARGO: AUDITOR INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Nível / Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	4,09406	4,14319	4,19291	4,24322	4,29414	4,34567	4,39782	4,45059	4,50400	4,55805
2	4,61275	4,66810	4,72412	4,78081	4,83818	4,89623	4,95499	5,01445	5,07462	5,13552
3	5,19714	5,25951	5,32262	5,38650	5,45113	5,51655	5,58275	5,64974	5,71754	5,78615
4	5,85558	5,92585	5,99696	6,06892	6,14175	6,21545	6,29003	6,36551	6,44190	6,51920

ANEXO II

TABELA DE ÍNDICES

CARGO: CONTADOR DA FAZENDA ESTADUAL

Nível / Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	3,13075	3,16831	3,20633	3,24481	3,28375	3,32315	3,36303	3,40339	3,44423	3,48556
2	3,52739	3,56971	3,61255	3,65590	3,69977	3,74417	3,78910	3,83457	3,88058	3,92715
3	3,97428	4,02197	4,07023	4,11907	4,16850	4,21853	4,26915	4,32038	4,37222	4,42469

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº PRS/0004.5/2009

O Projeto de Resolução nº PRS/0004.5/2009 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº PRS/0004.5/2009

Dá nova redação à ementa e ao art. 2º da Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 005, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções nºs 081, de 27 de dezembro de 2002; 001, de 15 de janeiro de 2004; 015, de 31 de dezembro de 2004; 005, de 23 de fevereiro de 2006; e 013, de 19 de setembro de 2006. (NR)"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em
Deputado Joares Ponticelli
APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 06/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 004, DE 2009

Dá nova redação à ementa e ao art. 2º da Resolução nº 005, de 2008.

Art. 1º A ementa e o art. 2º da Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções n. 081, de 23 de dezembro de 2002, n. 001, de 15 de janeiro de 2004, n. 015, de 31 de dezembro de 2004, n. 005, de 23 de fevereiro de 2006, e n. 013, de 19 de setembro de 2006." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 6 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***